
SESSÕES DO PLENÁRIO

44ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de novembro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia da Consciência Negra, proposta pelo nobre deputado Bira Corôa.

Convido para compor a Mesa a Srª Secretária de Promoção da Igualdade Racial, Luíza Bairros, representante do Sr. Governador Jaques Wagner, o Sr. Presidente da Comissão Especial de Promoção da Igualdade e proponente desta sessão, deputado Bira Corôa, o Sr. Secretário de Ações Afirmativas da Presidência da República, Mártius Chagas, o Sr. Promotor de Justiça de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa, Almiro Sena, representando o procurador-geral de Justiça, Livaldo Britto, o Sr. Coronel da PM José Jorge Nascimento, comandante do 18º Batalhão, representando o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nilton Mascarenhas, a Srª Defensora Pública Geral do Estado, Drª Tereza Cristina, a representante do Fórum Nacional de Religiosas, Mãe Beata de Yemanjá, a Srª Juíza de Direito do Tribunal de Justiça Luislinda Valois Santos, o representante do Fórum Religioso do Rio Grande do Sul, Babá Dybá de Iemanjá, a Srª Macota do Terreiro Tanuri Jussara, Valdina Pinto, a Srª Guedi do Terreiro Ilê Axé Oyá Deji, professora Simone Magalhães, a prefeita de Cardeal da Silva, minha querida amiga Maria Quitéria Mendes, e o Sr. Cônsul de Portugal, João Sabino Costa. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao nobre deputado Bira Corôa, proponente desta sessão.

O Sr. BIRA CORÔA:- Boa-tarde a todos e a todas. Vou pedir desculpas aos membros da Mesa por não fazer a saudação nominando um a um, por uma questão de tempo, para permitir que todos possam participar deste ato com contribuições com suas falas.

Quero saudar a Mesa na pessoa do presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, todos os representantes de movimentos, entidades e instituições, principalmente o povo de santo, e em nome de Macota Valdina saúdo todos, da prefeita Quitéria, todas as mulheres aqui presentes.

Senhores e senhoras, inicialmente quero dizer que este é um momento ímpar, nesta Casa, na história de nossas vidas. Esta Casa abre-se para debates e discussões e, principalmente, para incorporar o conjunto de lutas que são inerentes do nosso povo,

mas que ao longo da nossa história nos empurrou para o processo da exclusão, da discriminação e consequentemente nos direcionou para o processo e a condição que ainda estamos submetidos em pleno século XXI.

(Lê) “Senhoras e senhores, vinte de novembro, dia Nacional da Consciência Negra é o dia de celebrarmos a imortalidade de Zumbi.

Esta data é sempre bom lembrar, foi instituída pelo Movimento Negro Brasileiro para celebrar a Imortalidade de Zumbi dos Palmares.

E também para homenagear todos os homens e mulheres, que no passado e no presente, lutando contra o racismo e a opressão, dedicaram suas vidas em prol da causa da liberdade e da justiça em nosso país.

Homenageando Zumbi, também homenageio: Ganga Zumba, Maria Felipa, Luiz Gama, Carolina Maria de Jesus, Negro Cosme, Akotirene, Dandara, Luiza Maim, Mãe Menininha do Gantois, Manuel Quirino, Milton Santos, Lélia Gozales, Juliano Moreira, Mãe Hilda, dentre outros que poderíamos, aqui, destacar.

E centenas ou milhares de homens famosos e anônimos que há séculos vêm lutando contra o racismo e pela promoção da igualdade em nosso país.

Mas o 20 de novembro senhoras e senhores, não pode ser apenas dia de festa. É também um dia de festa. Mas é, acima de tudo, um dia que retrata todo o processo da nossa história.

É um momento de avaliarmos os índices das desigualdades raciais em nosso país e ao mesmo tempo planejar novas estratégias para dar continuidade à Luta Secular de Zumbi, de Akotirene de João de Deus, como também de Abdias do Nascimento e da Makota Valdina Pinto, Ubiratan Castro e Mãe Stella de Oxóssi, do Mestre João Pequeno e de todos que ainda resistem e que dão sustentação a esse processo de luta.

O 20 de novembro, Senhoras e Senhores, é o momento de intensificar as nossas ações em prol da criação de marcos jurídicos que garantam as conquistas recentes do povo negro e assim fazer avançar a nossa luta.

É nesse contexto que se inserem os Estatutos Nacional e Estadual de Promoção da Igualdade Racial e a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais, os dois últimos tramitam nessa Casa.

O primeiro, já foi aprovado e está em via de ser sancionado; já o estadual, que tínhamos a expectativa de que isso também acontecesse este ano, apesar do esforço empreendido, infelizmente, ainda não foi possível. Este é um desafio para o próximo ano. Mas não descartamos a aprovação, ainda este ano.

Dessa forma senhor presidente, senhoras e senhores deputados, esse é o momento de prestarmos conta a cerca de 85% da população constituídos de povos e comunidades tradicionais, aí incluídos os quilombolas, os indígenas, as comunidades de terreiros e os ciganos, marisqueiras, pescadores e outros.

A sanção do Estatuto Estadual, Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, é uma oportunidade que o Estado tem para reparar parte da violência histórica que exerceu sobre essas populações, e em especial as populações negra e indígena do nosso País.

Há 120 anos não éramos sequer, do ponto de vista jurídico, considerados seres humanos. Em todas as fases da história do Brasil tivemos leis que foram criadas para promover as desigualdades entre negros e brancos, e hoje precisamos de leis

diferenciadas, mas que visem diminuir as desigualdades, já que a igualdade ainda é um sonho de todos nós.

As populações negras, indígenas e quilombolas exigem não apenas medidas que promovam a igualdade racial, mas também medidas que combatam o racismo e a discriminação religiosa.

Racismo esse que cotidianamente se manifesta na sociedade baiana através da violência policial, do analfabetismo, do assassinato da nossa juventude, em especial da juventude negra, do desrespeito religioso e de parte de uma mídia que cotidianamente expõe essa população em programas sensacionalistas numa violação e numa ação de deprimir e, acima de tudo, inferiorizar o nosso povo, rasgando assim os princípios dos direitos humanos.

O Estatuto Nacional da Igualdade Racial, marco legal importantíssimo nesse processo, mesmo sofrendo os ataques por parte de uma mídia racista e comprometida com os interesses das elites escravocratas, foi completamente desfigurado da proposta original, mas ainda assim representa uma vitória. Estamos nos referindo ao Estatuto da Igualdade Racial Nacional aprovado na Câmara federal.

É um avanço significativo para o nosso povo, mesmo reconhecendo, Sr. Presidente, que não avançamos o que poderíamos avançar. Mesmo reconhecendo que o Estatuto, com as retaliações que lá foram aferidas, feriu mais uma vez o nosso povo.

A vitória dos movimentos negros e populares começa a sair do papel a partir das resoluções, das conferências, entre elas a Conferência Racial, abre uma perspectiva, Sr. Presidente, de um novo momento que se iniciou a partir da Conferência Internacional ocorrida em Durban, no ano de 2001, que desencadeou um processo de debate e discussões no mundo e que se reflete no Brasil.

No Brasil, com o governo Lula, há grandes avanços a serem destacados. Na Bahia, o governo Jaques Wagner, aliado com as políticas do governo federal, cria a Sepromi, aqui representada pela secretária Luiza Bairros, que neste ato representa o governo do Estado da Bahia.

A Sepromi, em 2007, elaborou o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial e também institui o Programa de Desenvolvimento Social Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Sendo assim, a Bahia precisa ter o seu estatuto. Precisamos consolidar esse processo, Sr. Presidente, Srs. Deputados...”

E quero aproveitar para destacar a presença da deputada Fátima Nunes, guerreira desta causa que lutou, durante 2008, em defesa da aprovação desse estatuto. Quero destacar também a presença do deputado Isaac.

“(...) A Bahia, terra da Revolta de Búzios, da Revolta dos Malês, da Cemiterada, da resistência capitaneada pelos terreiros de candomblés, dos blocos afros, da capoeira e de centenas de organizações do movimento negro contemporâneo, continua na luta por justiça e democracia em nosso País.”

Afirmamos a necessidade de garantirmos a aprovação desse estatuto. E quero aproveitar, Sr. Presidente, este momento para alertar esta Casa para a necessidade de debruçar-se sobre ele, reformulando-o, se necessário. Mas não podemos negar a este povo o que lhe foi negado por quase 400 anos.

Esta audiência, Sr. Presidente, tinha na sua elaboração a expectativa de podermos

estar comemorando hoje, nada mais nada menos, nesta Casa a aprovação desse Estatuto da Igualdade Racial.

Esse estatuto foi elaborado nesta Casa por iniciativa do deputado Valmir Assunção, hoje secretário do governo estadual. Mas ele não representa apenas uma ação do seu autor, tendo em vista que reflete, sem dúvida alguma, o compromisso deste Poder Legislativo com esse povo, que é a maioria da nossa população mas ainda não tem o direito de ser enquadrado, em igualdade de condições, como cidadão.

Esse povo recebeu, na queda do regime escravocrata, a alforria, a liberdade, mas ainda não tem propriedades, ainda é constituído por uma maioria de analfabetos, ainda tem menos escolaridade, ainda é a maioria da população carcerária, ainda não tem o direito constitucional de desenvolver a sua religiosidade.

E é por isso, Sr. Presidente, que clamo pela aprovação desse Estatuto da Igualdade Racial nesta Casa e pelo combate à intolerância religiosa.

Em nome desta luta, quero encerrar dando viva a Zumbi! Viva a Dandara! Viva a todos nós. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista compromissos assumidos anteriormente, gostaria de passar a presidência dos trabalhos ao deputado Bira Corôa. Mas, antes, gostaria de convidar o Sr. Leonel Monteiro, representante da Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro-Ameríndia, para compor a Mesa. Também registro as presenças dos deputados Bira Corôa, proponente desta sessão, Isaac Cunha, meu querido amigo da cidade de Jequié, e Fátima Nunes, lá do Nordeste baiano.

Passo a presidência dos trabalhos ao deputado Bira Corôa.

(O deputado Bira Corôa assume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. Presidente (Bira Corôa):- Neste momento, concedo a palavra ao Babalorixá Anderson de Oxalá que vai fazer uma exposição sobre o lançamento da cartilha.

O Sr. ANDERSON DE OXALÁ:- Boa tarde a todos, gostaria de pedir *agô* (permissão) aos nossos ancestrais, *agô* a toda força presente nesta Casa, e também *agô* as autoridades religiosas que aqui se fazem presentes e as demais autoridades.

A benção aos mais velhos, a benções a todos, estar aqui hoje já é uma grande responsabilidade, porque se trata de um momento de extrema importância para a conquista e o avanço da humanidade. Não diria de uma raça, porque somos todos seres humanos. Ao se construir uma cartilha que se fala de igualdade, de respeito e de intolerância religiosa, fui convidado a escrever um texto que é de suma importância, e essa responsabilidade, acredito, é grande por representar aqui a luta ancestral, porque isso tudo é o resgate de uma luta que se dá lá atrás, nos Navios Negreiros, quando o nosso povo chega a este País na condição escrava e ajuda a construir um País plural, onde as raças se encontram e fazem a diferença.

Então, escrever um texto representando os religiosos de matrizes africanas, que se reúnem em uma comissão com a esperança de criar e concretizar o Fórum de Religiosos de Matrizes Africanas. O que significa isso? É a voz, a expressão que o nosso povo precisa perante às Assembleias, os Ministérios, porque precisamos estar ocupando o nosso espaço, o espaço igual para todos.

Então, ao escrever esse texto não poderia falar de outra coisa a não ser do respeito

humano. Não queremos tolerância, acredito que é isso, queremos respeito. Então, quando vejo Mãe Beata, acabava de dizer a ela, que para nós ela é uma grande matriarca, em nada devemos nos envergonhar. Esse é o exemplo que Mãe Beata, Macota Valdina, que todas as mulheres negras, homens negros que hoje estão aqui, serve-me de lição e de exemplo, pois sou um menino e acredito que Oxalá, quando me deu um legado, acredito que esse, seja de paz. A paz que deve existir entre as nações, entre as religiões, e não poderia falar de outra coisa.

Então, a responsabilidade é muito grande e digo que vou só ler um pedacinho porque, acredito, se não vou me estender nas minhas palavras. Digo que nós não lutamos pela tolerância, lutamos pelo respeito. E no meu texto quero justamente identificar isso. Acredito que devemos ter a sensibilidade de perceber o outro, e o outro é justamente a consciência da nossa cidadania, se não queremos para nós, não queremos para o próximo.

Então, não podemos aqui hoje discutir diferenças religiosas. Mas gostaria de dizer não só aos outros religiosos, mas também a nós mesmos religiosos de matrizes africanas que a construção deve ser de igualdade, de respeito, porque o Deus que fala aos nossos corações é o Deus que fala ao coração de qualquer nação, de qualquer religião, e não pode ser diferente.

Vou ler um pedacinho aqui para encerrar, pedindo que tenhamos essa consciência. (Lê): “Devemos ter a sensibilidade de perceber a discriminação e a intolerância que é uma das principais mazelas já geradas pela humanidade, que produz um dos principais motivos de separação das raças, gerando assim a desigualdade e conflitos desde os princípios em todo o mundo, pois é um grande mal que atinge a todos e vai de encontro ao processo democrático, ferindo assim, não apenas os segmentos religiosos de matrizes africanas, mas também a constituição e a própria essência humana, independente de cor, raça ou etnia, embalados com o mesmo sonho de paz, amor e liberdade pelo qual clama toda a humanidade quando invoca a sua fé, pois todos os caminhos nos levam a Deus, Javé, Mawú, Alá, Tupã, Zambi ou Olorum.”

É essa a mensagem que quis passar quando construí com todos os meus amigos, meus irmãos de fé e de caminhada, uma cartilha que retrata os nossos direitos, porque direito só se dá pelo exercício da democracia e o exercício da sua cidadania. Não devemos ter vergonha de ser negros, não devemos ter vergonha de ser homens pobres que vêm justamente sendo fruto dessa desigualdade que separa o nosso povo, não devemos ter vergonha dos nossos eleques, dos nossos panos, das nossas contas e da nossa fé, devemos, sim, é pedir que nos aceitem, que nos permita aquilo que nos é de direito, porque o direito é dado a todos. Então, vamos, sim, pedir que haja igualdade, mas vamos assumir o que é o nosso espaço.

Gostaria de pedir e exigir das autoridades competentes que façam valer os nossos direitos, pois somos todos seres humanos, somos todos cidadãos. (Palmas)

Não posso terminar essa fala sem evocar aquilo em que acreditamos, as forças da natureza, o nosso legado ancestral, a força descendente dos nossos antepassados, a nossa herança divinizada, que são os orixás. Então, que Exu que é o orixá da comunicação, que Oxóssi, que é o senhor do dia de hoje na nação Keto, a qual eu represento, e que Oxalufã, que é o orixá da ética, da paz, que eles joguem um alá e nos ensinem a ser seres humanos, porque Oxalá fala de amor, Oxalá fala de paz, de ética e

de respeito. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Dando continuidade, convido o Sr. Marcos Chagas, da Secretaria de Ação Afirmativa da Presidência da República, aqui neste ato representando também o governo federal.

O Sr. MARCOS CHAGAS:- Boa-tarde, senhoras e senhores, na pessoa do deputado Bira Corôa, proponente da sessão, saúdo a todos os membros da Mesa, saúdo a todos e, em especial, à Exm^a Sr^a Luíza Bairos, secretária de Igualdade da Bahia, Dr. Aloísio Dias, minha macota Valdina, na pessoa de quem cumprimento todas as mulheres guerreiras que aqui estão neste Plenário, e em nome do nosso companheiro lutador e militante Marcos Rezende cumprimento a todos aqueles que lutam pela emancipação não somente da classe trabalhadora, mas, em especial, pela emancipação da raça negra neste País.

Digo que se não fossem essas pessoas, esses que nos antecederam, esses que estão aqui hoje e os que virão, ativistas, militantes do movimento negro, nem essa reunião, deputado Bira Corôa, seria possível fazer. Então, dedico minha rápida fala a esses históricos militantes do movimento negro que fizeram com que até aqui nós chegássemos.

Rapidamente também quero, em nome do ministro Edson Santos, fazer essa saudação e dizer que amanhã estaremos todos nós aqui, e acredito que nos encontraremos nas várias marchas que aqui teremos e também na reunião ampliada que teremos com o presidente Lula na Praça Castro Alves.

Amanhã, apesar de não ter nenhum dado oficial, a Bahia será mais uma vez transformada na capital da República, e de maneira devida, porque, pelos dados estatísticos, 50,6% da população brasileira é constituída de negros e negras ou de afrodescendentes, e 85% estão aqui no Estado da Bahia.

E nós, a cada dia que passa, todos os gestores públicos, militantes, parlamentares, temos o dever de, a cada minuto, lembrar essa condição em que o nosso País se encontra, de profunda desigualdade, mas, ao mesmo tempo, temos o dever maior de acreditar na caminhada. Acreditar que a cada dia estamos fazendo as coisas certas para superar essas desigualdades. Acreditar que ao ser lançada uma cartilha como esta, um documento como esse, estamos contribuindo de maneira fortíssima, e aí eu concordo com Mãe Beata desde o primeiro dia em que eu a ouvi falar. A luta não é contra a intolerância religiosa, a luta é pelo respeito à dignidade humana, pelo respeito à vida, pelo respeito ao meu direito de escolher, o meu direito de fazer a opção que eu bem entender, porque eu sou um ser indiviso, Deus me fez um ser indiviso. E por me fazer um ser indiviso Ele me deu o livre arbítrio para eu tomar as minhas decisões sejam quais forem.

Esta cartilha ajuda, contribui sobremaneira com esse nosso andar, esse nosso caminhar. E amanhã estaremos aqui, todos em Salvador, todos na mãe Bahia construindo mais um espaço de caminhada que estamos fazendo há vários anos. A criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade - SEPRI - em 2003, veio justamente do entendimento do presidente da República de que há necessidade de repararmos toda a crueldade, toda a ação deletéria que foi feita contra

o povo negro neste País.

Estamos tentando fazer isso, mas precisamos fazer mais. Precisamos olhar não só para mulheres negras, pela situação em que as mulheres negras se encontram hoje no Brasil, mas também para a nossa juventude, a cada dia morrem centenas e centenas de jovens neste País e, por conta disso, temos que ter esse olhar de maneira atenciosa. Não podemos admitir, meus senhores e minhas senhoras, que num país como o nosso, que se orgulha de ser pacífico, de não ter empreendido nenhuma guerra, nenhuma revolução, nenhum banho de sangue, que mate, anualmente, mais de 30 mil jovens.

Então, é necessária essa ação do Estado, estamos tentando fazer e não é fácil, não é fácil. Estamos tentando fazer, mas para que a gente faça também depende do apoio da sociedade civil. Para que a gente faça, precisa que o movimento negro, cada dia que passa, mais e mais, cobre da gente, faça as manifestações, diga qual o caminho que a gente tem que seguir, porque o caminho que seguimos aqui até hoje também foi dado por esse movimento.

Encerro a minha fala lembrando, também encerro em homenagem à Mãe Beata, que a Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU – está nesta cartilha que vocês vão ler, no seu art. 18º diz o seguinte: “Todo ser humano tem direito a liberdade de pensamento, consciência e religião.” Este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença. E a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância em público ou em particular.

Termino com essa saudação a todos vocês, a todos aqueles que são religiosos e os que não são religiosos, mas que lutam efetivamente por um País que possa ter os seus homens e mulheres, seus negros e brancos, pessoas que possam ser reconhecidas pelo seu caráter, pela sua dignidade, pelo seu talento e não aquele que tem vez porque tem os olhos claros, a pele clara ou porque faz parte da maioria da elite deste País.

Sucesso a todos e muito obrigado, deputado Bira Corôa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Convido para fazer uso da palavra o Dr. Sérgio São Bernardo que irá falar sobre a Conferência Magna e a importância do Estatuto.. Ele é presidente do Instituto Pedra de Raio.

O Sr. SÉRGIO SÃO BERNARDO:- Boa tarde a todos.

Em nome da Mãe Jaciara quero saudar a Mesa, em nome da secretária Luíza Barros quero saudar a plateia.

Já começo dizendo-lhes da dificuldade que temos mesmo de discutir igualdade no Brasil. Discutir igualdade no Brasil e na Bahia perpassa por coisas que parece que ainda têm que passar pela nossa garganta. Nós devemos ainda suportar certas questões que ainda parecem difíceis para mudar o mundo.

O Estatuto da Igualdade Racial é uma mudança de mundo, é uma mudança de visão de mundo, é uma perspectiva de mudança de como nós existimos neste mundo. Quem está disposto a discutir, a mudar o seu modo de vida? É essa a discussão que precisamos fazer.

Será que esta Assembleia Legislativa está disposta a mudar a forma como ela foi montada, o modo como ela produz leis para as pessoas, para 14 milhões de pessoas neste Estado, o modo como ela compõe mesas para discutir assuntos tão importantes

para a nossa população? Ou vocês não poderiam deixar de admitir, e eu, infelizmente, por mais elegante que tenha que ser na minha intervenção, não posso deixar de fazer aqui uma referência de que, enquanto o deputado falava, e ele estava aqui não como proponente, mas como defensor, e acompanhando a discussão séria que é estatuir um projeto de lei tão importante para a população negra do nosso Estado (palmas), o presidente da Assembleia estava ali em altos risos, conversando com a nossa prefeita de Cardeal da Silva, e se perguntarem a ele o que disse o deputado Bira Corôa ele vai dizer, eu não sei.

É disso que estamos falando. Anteontem, na novela das oito, uma mulher negra apanha na televisão (palmas), a mesma mulher que poderia estar aqui na Mesa junto com todas estas mulheres negras, belas, que estão nesta Mesa, para dizer para nós coisas que já estamos dizendo há muitos anos.

Então, não venham aqui repetir coisas que estamos dizendo há muitos anos. Venho aqui, primeiro, para dizer o que é o estatuto e, aí, gente, o nome parece difícil, mas não é nada de mais do que já estamos fazendo há séculos e há décadas neste País.

Trouxe aqui, por exemplo, isso está no *site* da SEPRIR, então não estou trazendo nada de novo, um conjunto de políticas públicas que já existem em vários estados do Brasil. Eu estranhei, vários estados do País, como Maranhão, Alagoas, Ceará, Paraná, têm feriado estadual do Dia da Consciência Negra, e a Bahia não tem. Vários estados, ou melhor, todos os estados da Federação brasileira têm Plano Nacional de Igualdade Racial, fruto de conferências nacionais e conferências realizadas em todos os estados da Federação, e o nosso Estado também tem encetado pela Secretaria da Igualdade Racial do Estado.

Então, temos Planos Nacionais de Igualdade, temos programas na área de saúde da população negra, temos saúde na área de empregabilidade da população negra, políticas de mapeamento, não só na Bahia temos isso, em em quatro estados temos política de mapeamento de terreiros e casas de santos.

O que estou querendo dizer é que enquanto nós, enquanto sociedade civil, estamos pautando o debate pela nossa existência para continuarmos vivos, vimos para a Assembleia dizer: “olhem, coloquem aí na lei de vocês o que já estamos fazendo, coloquem aí no projeto do estatuto, que é esse projeto que está hoje tramitando nesta Casa Legislativa e que por mais que tenhamos a presença desta deputada que tem acompanhado esse debate, do deputado Isaac, que também tem acompanhado esse debate, os deputados não vêm aqui, porque, durante muito tempo, dizíamos assim, nós que militávamos na esquerda pensando em mudar o mundo, dizíamos assim: precisamos ler o que a direita está escrevendo, precisamos ler o que a elite escreve, porque senão nunca vamos entender como ela funciona, para conseguirmos enfrentar as elites do País.

Agora, as elites precisam nos ler, as elites precisam ler o que nós estamos produzindo (palmas), porque senão ela não vai entender o significado da nossa presença aqui hoje. Nós vamos sair no jornal de amanhã, vamos estar lá, todos nós vamos estar com as fotos estampadas, mas parece que só vamos sair no dia 20 de novembro, e acabou. Não é disso que estamos falando.

Costumo dizer, orientado espiritualmente pela Macota Valdina, uma grande líder espiritual de nosso povo em nosso Estado, que não temos utopia! Quem ensinou essa

ideia de utopia foi uma parte da inteligência europeia, que pensa que a gente pode viver em um lugar que não existe. O nosso lugar é aqui e agora. A gente vive a utopia do presente (palmas, muitas palmas), a nossa utopia é do momento presente, e que é estarmos no mundo, onde a gente não esquece a nossa dimensão pessoal, afetiva, sexual, a nossa relação com a natureza, o mundo. A gente não deixa de ser alguém, continua sendo esse alguém, que continua sendo o futuro que estamos construindo.

Então fazemos uma relação entre o passado, que nos sustenta, e o futuro, que se projeta no dia a dia. Então não quero saber da utopia em que a Esquerda tenta nos pôr, de um certo modo, como se fosse um horizonte que quero alcançar. A minha mãe de santo, o meu pai de santo me ensinam o significado de buscar uma perspectiva de mudança. E aí queria dizer a vocês que há um Estatuto da Igualdade Racial em nosso Estado e parece-me – e queria dizer isso a esta Mesa, Dr^a Teresa – que os deputados ou a elite que detém o poder neste Estado, ou parte dela, não conhece o texto dele. A Bahia é o único Estado, gente, em que parece difícil discutir o Estatuto da Igualdade Racial. Sabe por quê? Porque é a terra da possibilidade da convivência harmoniosa entre as pessoas de diversos matizes étnicos. Aqui ainda está se tentando construir aquela brasilidade, aquela identidade com que poderíamos conviver harmoniosamente, como uma tentação de construir ainda o Brasil harmônico da diferença, que significa constituir, portanto, oportunidades e condições iguais, e esse é um instrumento de oportunidades e condições iguais.

Temos então um documento, que tramita nesta Casa – de autoria do ex-deputado Valmir Assunção, que hoje é secretário do Desenvolvimento Social e está aqui representado por nossa superintendente de segurança alimentar, Ana Torquato -, mas temos conhecimento da dificuldade – e o deputado Bira Corôa disse isso muito bem – de convencer o público interno e o externo para aprovar um estatuto dessa natureza.

Temos dois caminhos: um já estamos fazendo, que é conseguir constituir, na marra, direitos que já se encontram nesse estatuto, os quais a gente já consegue garantir, porque, se o estatuto diz que precisa fazer o mapeamento, recentemente o Movimento Negro e a Prefeitura de Salvador conseguiram fazê-lo; se ele diz que tem que existir, secretária Luiza Bairros, um plano estadual de formação, a sociedade civil, o movimento social negro já conseguiram também constituir esse plano estadual! É como se disséssemos – se Steve Biko disse que “estamos por nossa própria conta”, repito: nós é que estamos fazendo o estatuto, na marra e na vida diária, daquilo que queremos construir.

Fico preocupado quando, hoje, mais de 100, quase, das 267 universidades públicas deste País, sem medo de errar, já têm programas de ações afirmativas. Vai chegar o dia em que não vai ser preciso mais o governo aprovar o sistema de cotas. Sabem por quê? Porque a maioria das universidades já vai ter o programa de cotas. Vais ser igual à Abolição da Escravatura, pois, quando se decidiu dizer que não havia mais regime de escravidão no Brasil, a maioria dos negros já vivia formalmente livre e precisava, talvez, no dia 14 de maio de 1888, de um documento de políticas públicas, que significa, gente, divisão de riquezas, de poder.

É disso que estamos falando, que a campanha “Reaja” tenta nos dizer: “se o estatuto não diz que não matem jovens negros, e a polícia baiana continua matando-os, não vai ser o estatuto que vai dizer não mate, e sim a nossa ação, a nossa capacidade

de organização em denunciar e enfrentar isso publicamente, coisa que o Fórum de Religiosos fez tão bem ao protagonizar na Conferência Nacional dizendo que “Agora os líderes dos movimentos sociais negros deste País não são mais apenas os grupos adicionais de Esquerda, os religiosos. O povo de santo agora está falando em seu próprio nome, e de forma bela.”

Quero homenagear o papel importante que o povo de santo tem feito protagonizando, falando em seu próprio nome. Não posso também deixar de mencionar a contribuição efetiva do coletivo de entidades negras pela capacidade de agregar este debate, esta luta no Brasil inteiro.

Não tenho dúvidas, vamos estar sempre percorrendo caminhos difíceis de serem trilhados. Como eu sempre dizia, não sabemos ao certo, Macota. Eu ouvi isto de Amilton Borges, para não ser cobrada a autoria: “Não sabemos se tudo que estamos construindo foi o que pensamos que queríamos”.

Enfim, é a vida, é desse jeito. Vamos ter de conviver com as contradições de tudo que exigimos historicamente. Tudo que existe hoje é fruto, dum certo modo, de nossa reivindicações históricas, sim, também com as contradições que existem dentro delas.

Este Estatuto da Igualdade Racial do Estado pode ser aprovado, deputado Bira Corôa, com uma grande dificuldade. É este o meu temor: que ele o seja numa circunstância que, quando alguém pensar, um deputado desta Casa, em aprovar um projeto desses, ele já não tenha mais sentido, porque nós já teríamos primeiro aprovado o projeto nacional; segundo, já conseguindo instituir, por conta de uma luta cotidiana que nós travamos neste País, um conjunto de direitos afirmados. Aí, quando os deputados desta Assembleia e, talvez, o governador da Bahia se convencerem de que é importante a aprovação de um estatuto dessa natureza, vamos ter que sentar para atualizar o projeto, porque este não dirá mais respeito ao que queríamos nem terá mais nada a ver com o que estamos fazendo. Fico preocupado que isso aconteça.

Eu queria dizer para vocês aqui, de forma muito tranquila, que a Bahia hoje está investindo milhões de reais no que está chamando de Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. É o aceleração do crescimento econômico estadual. São cerca de 27 bilhões que estão sendo investidos até 2011 neste Estado. Ao mesmo tempo em que temos um farto recurso que vai sustentar nos próximos 4 anos uma política de desenvolvimento econômico, isso faz parte do que este Legislativo disputa quando debate com os partidos políticos quem será o responsável pelo futuro do desenvolvimento da Bahia. Acontece desde Juracy Magalhães, passando por Antonio Carlos Magalhães, e agora existe a disputa entre os partidos que estão colocados, o PSDB, DEM, PT, PCdoB, os quais tentam também fazer esse discussão sobre o futuro, a característica, o caráter do desenvolvimento social brasileiro.

Eu pergunto se é verdade que tenho de fazer uma política de desenvolvimento que tenha de estar atrelada à assinatura de um projeto de Estatuto de Igualdade. Então, preciso discutir as contradições desse crescimento em nosso Estado.

Primeiro, o estatuto diz que tenho de respeitar as comunidades quilombolas. Mas já temos um decreto, o 4.887, que já regulamenta o acesso à terra das comunidades quilombo no Brasil. Se o texto estadual apenas poderia reproduzir esse direito, eu diria que então não é isso que está sendo feito em nosso Estado. Porque em Cajaíba, São Francisco do Conde, no Porto de Aratu e Polo Naval de Maragogipe a política de

crescimento está mandando exterminar, tirar a comunidade quilombo das suas terras. É disso que estamos falando.

Não posso deixar de imaginar que temos duas tarefas: uma permanente da nossa luta, através da qual conseguimos fazer um estatuto, o qual utilizamos no dia a dia. A segunda é um outro documento formal que tramita nesta Casa e, dum certo modo, pode resolver formalmente parte daquela agenda política para tentar melhorar a situação do nosso País.

Quero dizer mais duas coisas para reforçar o que estou falando. Se queremos fazer um Estatuto da Igualdade Racial, que tem o fundamento de preservar o modo de vida duma população e constituir um atestado, um *habeas corpus*, uma garantia de vida para essa população no Brasil, eu teria que dizer então que temos que fazer uma discussão séria sobre a concepção de Estado. Que Estado é esse que vai abrigar o estatuto da igualdade racial? Que sistema policial é esse que vai abrigar, então, algo que vai garantir o direito à vida da população negra em nosso Estado? Que sistema de comunicação é esse que vai abrigar esse acesso à política ou esse acesso à presença de negros nos meios de comunicação?

E ao mesmo tempo eu perguntaria: vamos ver que no projeto nacional do estatuto foi dado o direito de participação de 10% de pessoas negras para concorrer ao processo eleitoral. Então de que sistema político estou falando, de que eleição estou falando? Nós temos, na verdade, deputados negros, vereadores negros, mas já sabemos a capacidade que isso tem no sentido do compromisso que se revela no dia a dia das pessoas que têm a cor, mas ainda não conseguem se revelar com a capacidade do compromisso.

Por isso, gosto de terminar sempre, Dr. Almiro, dizendo que não vamos reivindicar pela generosidade, não. Vamos reivindicar pelo egoísmo dessas pessoas. Vamos dizer assim: olha, se vocês aprovarem o estatuto da igualdade racial, vocês ganham porque é assim que está no estatuto. Aqui no estatuto do projeto estadual diz que se empresas contratarem negros, eles vão ter isenções fiscais. O projeto nacional diz também, o projeto original que foi retirado diz também que se as empresas contratarem pessoas negras, elas podem ter preferência no processo de licitação. Na verdade, elas ganham com isso.

A mesma coisa aconteceu com a indústria de cosméticos, quando disse assim: olha, vamos fazer sabonetes com bastante amônia e bastante soda cáustica para dar para a negrada, porque para negro tem que colocar lá “para afro”. É igual delegacia, quando o branco chega o nome dele é José dos Santos; quando chega um negro é Antônio José, negro. É a mesma coisa, sempre tem a etiquetagem, a roupagem que vai nos colocando sempre em algum lugar.

Quero finalizar, dizendo que esse projeto está num contexto hoje de completo atraso desta Casa Legislativa em relação à perspectiva de entender a importância do seu projeto. O que nós estamos pautando na sociedade está há anos luz do que esse projeto passa a tratar para nós. E se, urgentemente, os deputados desta Casa não começarem a se debruçar, conversando com as pessoas dessa plateia para entender o que está escrito ali, vai correr um sério risco. Isso aconteceu na África do Sul, aconteceu em outros países do mundo e pode acontecer no Brasil um sério risco, de a gente, na verdade, tornar inútil algo que já tornamos útil porque estamos fazendo essa

perspectiva no dia a dia de nossas lutas.

Quero finalizar, então, agradecer por estar aqui hoje, acho muito importante que não devamos discutir só o nosso novembro. Proponho, então, deputado Bira Corôa, que nós façamos uma comissão com a sociedade civil, porque a sociedade civil, deputado Bira Corôa, se o senhor constituir uma comissão aqui para discutir o estatuto, com certeza absoluta, ela vai levar esse projeto até o fim. Mas se existir uma comissão formal desta Casa, infelizmente, ela não vai fazê-lo.

Muito obrigado.(Palmas).

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Quero aproveitar esse ato para convidar Alexsandro Reis, Subsecretário de Comunidades Tradicionais, da Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial do governo federal, para compor a Mesa; quero registrar a presença de Dr. Ivanilton Santos da Silva, Juiz da Juizado Civil, da Liberdade; quero registrar a presença do Capitão de corveta Celso Amorim, que aqui representa o Capitão de mar e guerra, Paulo Ricardo Girão; quero registrar a presença também da capitã Aline Cristina de Araújo, que aqui representa Sr. Júlio César de Arruda, coronel comandante da Esaex/CMS; quero registrar a presença de Ana Torquato, que aqui representa o secretário Valmir Assunção, mais uma vez quero reafirmar que o Estatuto em debate nesta Casa é de autoria do deputado Valmir Assunção; quero registrar a presença do vice-almirante Arnon Lima Barbosa, que está aqui representando o oficial do Estado Maior do Comando do 2º Distrito Naval José Corrêa Paes Filho; registramos também a presença de Eriosvaldo Menezes, superintendente de Promoção de Igualdade Racial da Prefeitura de Lauro de Freitas; ainda registrando a presença de entidades aqui presentes, vou me limitar a registrar a presença por entidades, porque todos aqui são autoridades, e se correremos o risco de não citar um ou outro, estaremos também ferindo os nossos representantes e que nós consideramos nossas entidades maiores.

Também quero registrar a presença de Ylê Axé Ogô Ogum; Ylê Axé Jebemi; Oia Onipó Filho; Unzó Gunzelê Kuna Zambi; Unzó Gunzó Katulembaracime; Inzó Niganga Gogobila; Ilê Axé Sidarucaia de Ulzambe; Palacio de Leba Ilê do Oxosse; Oia Onipó Neto; Legi de Pirajá; Ilê Axé Iá Lemi; Ilê Axé Ala Obatalandê; Ilê Axé Tayodê Onim Ofá; Ilê Ase Oyato Ginan; Ilê Axé Obá Babá Sére; Ilê Ase Ominijá; Ilê Ase Omi Damsiliey; Axé Oia Mimilí; Ilê Axé Odi Babá Ati Olubalamin, ainda registrando a presença de Ailton Borges dos Santos, secretário de Ordem Brasileira de Juizes de Paz, Sr^as Letícia Silva de Almeida Souza, coordenadora de Cultura do município de Santo Antônio de Jesus, registro também a presença do vereador José Luís Gondarela, da cidade de Cardeal da Silva, Amilton Borges Walê, articulador da Associação de Familiares e Amigos de Presos; Sr. Eloy, representante da Comunidade de Defesa do Vale Encantado; Sr^a Carmem da Costa de Souza, líder comunitária de Fazenda Coutos.

Neste momento, assistiremos à apresentação dos Alabês.

(Apresentação artística.)

Sabemos que o prazer sagrado ou litúrgico, quando saímos do axé é emocionante. Eu tenho certeza que os nossos antepassados ... e os caminhos são de mudanças.

Quero chamar o Painho para cantar à Oxóssi.

Painho:- Falar no dia de hoje é falar do orixá Oxóssi, orixá Odé, que nos ensinaram que só poderemos acertar quando miramos os nossos objetivos.

As pessoas que aqui estão hoje sabem mais do que ninguém aonde nós queremos chegar, então que Odé guie os nossos passos, que Odé nos mostre o caminho, e que hoje ele abençoe também as nossas cabeças, a dos nossos dirigentes, as pessoas que aqui estão porque é ele o orixá que vai nos guiar.

(Canta música)

Que esse abraço seja a nossa união, seja o símbolo da nossa resistência.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento eu quero passar a palavra à Mãe Beata de Iemanjá que aqui representa o Fórum Nacional de Religiosidade.

Ao longo do processo vamos registrando as presenças.

A Sr^a MÃE BEATA DE IEMANJÁ:- Sou pequeninha mas tenho coragem.

Engraçado, estou olhando aquela faixa, “Dia da Consciência Negra”. Será que o negro não está tendo consciência? Será que nós não sabemos quem nós somos, de onde viemos e para onde vamos? Nós sempre soubemos.

Será que nós sabemos quais direitos nós temos e que nos negam covardemente, cretinamente? Nós sabemos. (Palmas)

Simplesmente o que falta é cumprirem as leis; que olhem o que foi escrito antigamente, para ver os certos e os errados, os convenientes e os inconvenientes, está lá o que diz que é certo.

Dia da Consciência Negra! Eternamente tenho a minha consciência, até quando morrer, sei que sou negra. Nasci no Recôncavo Baiano, em Cachoeira do Paraguaçu, criei quatro filhos sem pai, mas com moral, amor, dedicação e respeito ao outro. Não me lembrar somente de mim, também do outro que está aí do meu lado, sei que se furar o meu braço o sangue que sairá da minha veia também sairá do meu irmão ariano que está perto de mim. Tenho consciência! Sei que pari quatro filhos, eles não pediram para vir ao mundo. Foi com três minutos de amor, dizem que o prazer do sexo é preso naqueles três minutos, foi naquele momento que fiz eles quatro. Eles não pediram para vir ao mundo, foi o meu prazer e o do pai deles. Até quando deu ficamos juntos, mas quando não deu mais mandei as favas e fui criá-los sozinha.

Em primeiro lugar, já falei isso, mas quero falar novamente, quero agradecer a todos os presentes e a minha bênção em nome de Obatalá, de Ajalá, de Orumilá, em nome do grande ancestral Oiapumi, a minha ialorixá Olga Francisca Régia, Olga do Araketu. Ela foi quem me deu... (Palmas) ... orixá. Eu nasci com ele, mas quem fertilizou foi ela com seus dez dedos. Aroco Daíba!

Nasci numa encruzilhada num dia de segunda-feira, no Recôncavo Baiano, no Iguape, Engenho Novo, minha mãe foi pescar porque não tinha o que comer e lá a bolsa se partiu e eu nasci numa encruzilhada. Um preta velha chamada Tia Falai me aparou, estou aqui, sou filha de yemanjá ogum té. (Palmas)

Não tenho medo! Costumo dizer que se um dia me matarem porque eu falo, vão matar Luther King mulher. (Palmas) Coisa maravilhosa! Na visão de mundo de yorubá, ubulosso nosso é cantando, na oralidade.

“Chamarei pelo meu grande amante, o homem que mata meu cio. Acorda Zumbi, você não morreu. Olha, eu sou tua, você é meu. Mata meu cio, me dá prazer. Será que

com 79 anos eu ainda tenho alguma coisa a dever? Acorda Zumbi vem me ajudar o seu povo a defender, daí consciência aos homens que estão lá no poder. Dai-me a tua mão, me ajuda a caminhar. Não me deixe na estrada, eu não posso parar. Vamos meu Recôncavo, vamos meu Nordeste, vamos, tudo isso é nosso! Nossos ancestrais que ajudaram a construir, não temos nada a temer. Acorda Zumbi, vem meu amor, eu estou aqui.”

Obrigada a todos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Na sequência, queremos convidar Macota Valdina Pinto, representando o terreiro Mãe Jussara e também o Conselho de Cultura.

A Sr^a VALDINA PINTO:- Falar depois de Mãe Beata é fogo.

Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Eu gostaria de louvar a iniciativa do deputado Bira Corôa. Muito do que eu gostaria de falar pessoas que me antecederam já falaram, mas eu tenho alguma coisa para completar. É a segunda vez que eu uso da palavra nesta Casa. Lá atrás, num evento que acho que feito pelo deputado Emiliano, teve também uma tal de uma lei aí de inclusão na Constituição do Estado...

Eu não gosto desta Casa, porque esta Casa é branca, racista. Ainda é, e me incomoda quando venho aqui, mas eu fui designada, pois estou como membro do Conselho Estadual de Cultura, representando o segmento negro e fui indicada para estar presente aqui. Estaria de qualquer forma, enquanto religiosa do candomblé e enquanto ativista negra.

Esta Casa está toda errada. Consta na Constituição, o livro maior da Nação, que o Estado é laico, e o crucifixo ali, uma Bíblia em cima da mesa? Está tudo errado nesta Casa. Mas eu quero ir mais longe. Eu sabia, um pouco, o que iria encontrar, mas eu esperava um pouquinho mais. Eu acho que hoje os deputados deveriam estar aqui para nos ouvir.

Eu me senti ofendida, pois, enquanto o Sr. Deputado Bira Corôa estava aqui discursando, o presidente se retirou. Não sei se porque tinha compromisso mesmo ou por desprezo a esse povo ou talvez por medo de ouvir o que nós tínhamos para falar. Não sei, mas eu me senti ofendida com a postura dele, que foi eleito não só com voto de branco. E isso é algo para que nós, que estamos aqui, paremos, pensemos, e a partir de amanhã nas nossas comunidades nós devemos fazer um sério trabalho para desviar os votos que nós, negros, damos a esses que se dizem nossos representantes, mas eles não merecem o voto dos negros. Está na hora da gente pensar. Isso é grave. E a gente precisa pensar nisso. Somos maioria, a maioria dos votos desses e é para ver quem é que a gente está botando nesta Casa ou, então, vamos sempre encontrar isso.

Esta é minha fala, não posso ter outra, enquanto isso aqui for racista e branco como é. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Antes de chamar a outra pessoa, sinto-me também no dever e no direito de fazer uma ponderação.

Primeiro, Macota, concordo com a sua colocação, como também com a de outros, no contexto, mas quero reafirmar que o deputado Marcelo Nilo tem contribuído

muito para o avanço desta luta nesta Casa e eu não poderia deixar de registrar isso, inclusive tem sido um parceiro.

Cheguei aqui em 2007, e até hoje todas as atividades que realizamos nesta Casa, inclusive permitindo e garantindo estrutura e direito para que pudéssemos realizá-las, foi com convivência, com complacência e acima de tudo com a parceria do deputado Marcelo Nilo. Não estou aqui apenas para fazer a defesa dele, mas seria injusto da minha parte se não pontuasse também a parceria que temos encontrado nesse processo. Isso não desfaz nenhuma das falas, apenas deixo meu registro também de respeito e de intervenção que tenho vivenciado nesta Casa com a presença de Marcelo Nilo como deputado e como presidente desta Casa. Sem dúvida alguma estamos tendo grandes avanços.

Sei e concordo plenamente que ainda não atingimos a plenitude dos avanços necessários para firmar o povo negro no seu espaço e nos seus direitos, mas não posso também deixar de registrar que, em muitos momentos, temos encontrado parceria e sido acolhidos para desenvolver nossas atividades nesta Casa.

Quero, aproveitar, inclusive, para registrar a presença do deputado Álvaro Gomes. Já havia registrado as presenças dos deputados Isaac e Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Quero passar a palavra agora ao Babá Díba de Iemanjá, que é o representante do Fórum Religioso do Rio Grande do Sul. Em seu nome, quero destacar a importância da organização e do processo de luta e da afirmação religiosa ora no Brasil e no mundo.

O Sr. BABÁ DÍBA DE IEMANJÁ:- Quero, em primeiro lugar, saudar as autoridades religiosas da Mesa, pedindo a bênção à Mãe Beata de Iemanjá, às autoridades políticas através do deputado Bira Corôa, proponente desta audiência pública, e quero pedir a bênção de todos e de todas.

Sou Babá Díba de Iemanjá, sou babalorixá do batuque do Rio Grande do Sul e membro criador e fundador da Congregação em Defesa das Religiões Afros do Estado do Rio Grande do Sul, cuja presidenta de honra e fundadora maior é Mãe Norinha de Oxalá, nossa guerreira, que está presente aqui. Sou também membro do Fórum das Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas do Rio Grande do Sul e quero dizer que me sinto bastante acolhido pelos nossos religiosos, pelo povo baiano e que me sinto gratificado e honrado por estar aqui.

Lá no Rio Grande do Sul está tramitando o Estatuto da Igualdade Racial e agora nós religiosos somos chamados para construir as cláusulas no que se refere ao respeito às religiões de matriz africana.

Quando se fala em respeito às religiões de matriz africana, temos muito a dizer porque, quando fala em desrespeito, a gente não fala somente de uma administração evangélica que manda derrubar um terreiro, que tem história no local onde está situado; de seguidores das religiões neopentecostais que agredem os nossos vivenciadores nas ruas, mas dos professores que são tirados das salas de aula por abordar o mito sobre Exu; das nossas crianças que ou são agredidas quando usam o *ojá* ou são obrigadas a comer uma merenda que desrespeita as interdições que a nossa tradição impõe; de uma audiência pública em que a maioria dos parlamentares não considera relevantes as questões raciais. E no nosso estado não é diferente, pois, embora seja o mais negro do Sul do País, com 17% da população negra, é não só o berço do racismo brasileiro mas

também das contradições!

Na segunda-feira, estaremos, mais uma vez, sentando no banco do Tribunal de Justiça do Estado, como religiosos, para defender o direito de bater os nossos tambores por causa da Lei do Silêncio, proposta pelo único parlamentar negro que temos lá e que, por infelicidade, é evangélico.

O Estatuto é proposto pelo deputado Raul Carrion, e estou levando o modelo de Salvador para fazer sugestões de adendos de cláusulas para que a gente possa realmente conseguir no nosso Estado o que não conseguiu em âmbito nacional, porque, na verdade, foi aprovado um Estatuto vazio, que tira as grandes proposições, as grandes bandeiras de luta do nosso povo dos últimos 500 anos, praticamente. Então vamos ter que fazer realmente o passo de formiguinha.

Quando fala de intolerância religiosa e desrespeito à nossa tradição, a gente fala também da falta de acesso à saúde, aos hospitais dos nossos religiosos de matriz africana para poder continuar cuidando dos nossos vivenciadores fora das dependências do terreiro tendo em vista que a gente não pode opinar também na dieta alimentar dos nossos vivenciadores no campo da saúde.

Quando lança o Plano Nacional de Saúde da População Negra, o presidente Lula reconhece que essa população, em relação à saúde, precisa de uma atenção especial, a qual não está sendo discutida, está passando na invisibilidade, como tudo que relativo a nosso povo há muitos, muitos e muitos anos e há muitas e muitas décadas.

Quando a gente vai aos Tribunais de Justiça evocar a Constituição Federal é porque, realmente, somente as leis não são suficientes para que a gente possa ser respeitada e ocupar o espaço que lhe é devido. Por conta disso, a gente se mobiliza, existe um fórum no Rio Grande do Sul, e parabenizo e referendo a iniciativa de se criar um Fórum Nacional, que é importantíssimo por se tratar de um instrumento por intermédio do qual a gente possa estar dialogando com todas as esferas de Poder e reivindicando nossos direitos em todas as comissões, em todos os espaços religiosos que nos é de direito e dizendo que temos posições firmes em qualquer questão polêmica que envolva a vida da sociedade e do nosso povo.

Ninguém conhece de negro mais do que nós. Já estamos cansados de sempre o sinhozinho dar a última palavra, como aconteceu na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial de âmbito nacional.

Deixo aqui na Bahia, na meca das religiões de matriz africana onde está todo o axé, o registro da minha indignação, do meu protesto e da minha vontade de continuar lutando sim, indo para as ruas todas as vezes que for necessário, levantar a nossa bandeira e trazer o nosso Estado para cá. Afinal, no dia 22 de novembro todos os oris, todos os mutuês do Brasil vão estar voltados para Salvador na 5ª Caminhada pela Vida e Liberdade Religiosa, a primeira nacional, um ato importantíssimo, político, um pedido, uma exigência de respeito às nossas tradição e ancestralidade.

Quero também deixar aqui um pedido de saúde e vida para toda essa juventude do axé baiano e, em especial, o guerreiro Ogan, Marcos Rezende, para que continue lutando, porque são os jovens que carregam os mais velhos. Axé! (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveitando, quero fazer mais alguns

registros: do Ilê Axé Obá Odô Omim, Ialaxé do Ilê Omin Osú Arô, Ylê Axé Soboajó, Aiono Runtoloji, do Rio, Caboclo Eruda Aldeia de Segurança, Iaô Dioya do Axé Abasa de Ogum, Ilê Axé Apá Babá Alsomiy e Casa de Giro do Caboclo Tupi da Mata Bruta.

Quero também aproveitar para em nome das representações saudar a todos, todas as entidades, e agradecer inicialmente às de outros Estados e Países que aqui engrandecem muito este evento.

Quero passar a palavra à professora Simone Magalhães, que é quede do terreiro Ilê Axé Oiá Deji.

A Sr^a SIMONE MAGALHÃES:- Boa tarde, é a minha primeira vez nesta Casa. Quero dar a bênção a quem é de bênção. Quero cumprimentar as mulheres na pessoa da secretária Luíza Bairros, minha referência, minha bibliografia, é a pessoa a quem devo o meu nível de consciência enquanto mulher negra. Quero também cumprimentar a todos na pessoa do deputado Bira Corôa e, principalmente, Marcos Rezende, que para mim também é uma pessoa que tem um papel muito importante na luta pelos direitos do povo de santo nas comunidades de terreiro. Marcos Rezende consegue algo que venho dizendo inusitado, que é colocar o povo de santo na rua. O povo de santo é muito para dentro, sempre fechado nas suas obrigações. Nós da religião do candomblé não temos o hábito de sair pregando fé, uma fé absoluta. Nós somos um povo ordeiro, pacífico, cuidamos da nossa vida, da nossa família. O candomblé é família, é reconstrução da família. E é dessa forma que aprendi que temos a obrigação de dar conta da nossa vida, da nossa ancestralidade. Para mim, vir a esta Casa é uma responsabilidade muito grande.

Fui convidada como professora para discutir o estatuto na área da educação, integrando agora o CEM, Marcos me convida para integrar a área da educação, e eu vim a esta Casa para pedir à secretária que interceda – sei da sua competência, sei do seu compromisso, de forma incisiva para a aprovação desse estatuto. Eu sou professora da rede estadual, estou dentro da sala de aula e estou convivendo com a intolerância religiosa, com a prática racista dos demais colegas, que me desculpem a ausência, mas é outra questão que quero registrar, que é ter a sensação de que estou sempre discutindo para dentro. É necessário que a gente discuta para fora. Estar aqui é muito bom, é importante, mas eu ainda sinto falta da presença de pessoas como diretores e professores, deputados. Entendo que aqui deveriam estar mais deputados, mais pessoas responsáveis por legislar.

Quero reforçar a proposta do meu professor Sérgio São Bernardo de constituir uma comissão da sociedade civil com pessoas do axé, pessoas do candomblé. Aqui mesmo o deputado Bira Corôa está tendo dificuldade de ler os nomes dos terreiros em iorubá. Pense a dificuldade que se tem também de pensar ações para o povo de santo, o povo de orixá, se não forem eles, é necessário que nós que somos do axé tenhamos esse compromisso, essa responsabilidade de falar por nós. (Palmas) Não dá mais para encontrarmos, sabemos que existe muita boa vontade, estamos louvando, estamos agradecendo, mas precisamos aqui, dentro desta Casa de uma comissão representada por pessoas do Axé, Kedes, Ebomis, Voduns, Fizz, enfim pessoas que sintam na pele e que possam defender todas as questões que nos acometem, todas as necessidades que dizem respeito a nós. Só nós sabemos dizer o que precisamos, o que queremos, o que desejamos, na verdade.

É isso. Quero, também, registrar a lacuna, o desejo de preencher a falta que está fazendo a Comunidade do Torrundê, não é, Dr. Dario? É necessário que se dê atenção ao que está acontecendo com aquela comunidade. Isso é ponto de discussão, tem sido ponto de discussão nas nossas rodas de conversas, eu não registrei, mas sou Ekede do Terreiro Ylê Axé Oiá Deji, em Paripe e fizemos uma caminhada, conseguimos reunir cerca de 30, 40 terreiros em torno do Terreiro Torrundê, que está passando por sérias dificuldades no que diz respeito às obras de contenção da encosta que cerca o terreiro de Dr. Dario.

Tem sido assustador o que está acontecendo. O governador já esteve lá, fez compromissos, mas até hoje não se sabe o que vai acontecer, não se tem resposta do que vai acontecer. E assim, ainda é a primeira necessidade que precisamos registrar aqui é essa questão do que está acontecendo lá no Torrundê.

Vou finalizar a fala agradecendo mais uma vez ao CEM, ao deputado Bira Corôa, pela oportunidade de estarmos aqui falando de nós, mas que essas falas se abram para fora, que outras pessoas possam ouvir.

Sou professora de gênero e vou citar só um exemplo de qual é a nossa ansiedade: uma aluna minha, eu dando aula de Direitos da Mulher, me disse: “Ah! Professora, mas quem tem que saber são os maridos, os maridos precisam dessa aula”. É isso, as outras pessoas que não são do candomblé, as pessoas que legislam, que fazem as leis, que não são do candomblé, precisam estar aqui. O presidente da Casa se retirou, sim, por conta de compromissos, acredito nisso, entretanto, por ele ser parceiro, deputado Bira Corôa, deveria estar aqui ouvindo as nossas queixas. (Palmas.)

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Passo a palavra ao Dr. Almiro Sena, que representa o procurador-geral de Justiça do nosso Estado, Dr. Lidivaldo Britto. (Palmas)

O Sr. ALMIRO SENA:- Mãe Beata, na pessoa de quem cumprimento a todas as sacerdotisas e sacerdotes desta sessão, com todo nosso respeito e admiração por tudo que V.Ex^a representa para o povo brasileiro. Eminentemente deputado Bira Corôa, na pessoa de quem cumprimento todas as ilustres autoridades, colegas.

O Dr. Lidivaldo, como procurador geral, tem um compromisso muito grande com o combate ao racismo, inclusive quis Deus, quis *Olorum* que ele saísse da Promotoria de Combate ao Racismo para ser procurador geral, e por todas as razões foi pioneiro, atendendo à luta do movimento negro, do movimento social da Bahia que de forma heroica, conquistou a existência dessa promotoria e ele, ao lado da Dr^a Márcia Virgens, como promotores, foram os precursores dessa luta no Ministério Público, e eu tive a honra de sucedê-lo.

Quero, rapidamente, destacar, primeiro, Makota, que na condição de promotor de justiça, eu vou cumprir a obrigação legal de dar vazão ao que V.Ex^a colocou aqui, e vou solicitar formalmente ao procurador geral, já que é uma coisa que tem que ser encaminhada ao presidente da Assembleia, por uma questão de formalismo deve ser através do procurador geral, mas eu tenho certeza que Dr. Lidivaldo vai dar respaldo a essa postulação, e como promotor eu vou solicitar ao procurador geral que officie o

Exmº Sr. Presidente da Assembleia solicitando que a Constituição Federal seja cumprida e que seja retirado qualquer símbolo religioso desta Casa...

(Palmas, muitas palmas)

(...) porque, efetivamente o que Makota falou é o que está na Constituição Federal, que tem que ser cumprido.

E destacar que, na verdade, como todos aqui falaram de forma muito contundente, verdadeira, quero acentuar que há um grande hiato, companheiros e companheiras, entre esse novo Brasil, essa nova história que construímos, e o que está posto enquanto Poder no Brasil. O Poder no Brasil, e Makota tem toda razão, é ainda, eminentemente branco e eminentemente racista. Os espaços de Poder no Brasil ainda estão estruturados assim, daí a maior dificuldade nossa enquanto agentes, enquanto lutadores para avançar, mas é uma dificuldade que só pode nos motivar, obviamente, mas isso é preciso ser acentuado.

E uma das formas de lutar contra isso, eu queria mais uma vez provocar a todos, porque já falei isso desde que começamos nessa caminhada, especificamente na promotoria, eu tive essa percepção mas não consegui, ainda, ser suficientemente ouvido, e debito isso muito mais a minha dificuldade em saber expressar-me do que à capacidade dos meus interlocutores. Eu acho que precisamos, enquanto estratégia de luta do combate ao racismo na Bahia e no Brasil, termos a capacidade de começar a falar para esse público branco, ou esse público menos branco, ou quase branco, ou que se acha branco, mas que é, em qualquer dessas acepções, permeado do racismo. Ou seja, a fala dessa Mesa, ainda que seja belíssimo falarmos para nós mesmos, é muito empolgante ver no auditório a nossa face, como vê-los aqui, isso é fantástico, isso nos anima e nos revigora, mas já estamos num momento em que precisamos, agora, levar a nós para falarmos para outro tipo de auditório, com este auditório também presente.

Nós precisamos começar a falar para a Associação Comercial da Bahia, essa Mesa precisa estar falando pra Associação Comercial da Bahia, para os empresários baianos que ocupam os nichos de Poder Econômico da Bahia. Mas quem precisa falar não é apenas nós que estamos representando essa população, mas como disse a professora Simone e tantos outros, a própria população, ainda mais uma população tão qualificada como essa.

Então, queria provocar isso aqui de nós pensarmos junto com o CEN, junto com a Secretaria Estadual da Promoção da Igualdade, junto com a Secretaria Municipal, eventos em que possamos ter como auditório, como plateia, além da nossa comunidade, termos também representantes do Poder. Eu acho que precisamos chegar nesse ponto, tanto do Poder Econômico, eu acho que a Associação Comercial da Bahia, a Fieb, a Fieba.

Existe espaço mais ideologicamente branco e fenotipicamente branco do que a Fieba, gente? Não existe, não é? O grupo de empresários que detêm o controle da construção civil, donos da OAS, donos da Odebrecht, enfim, os donos de todas essas grandes empresas baianas. E até no contato pessoal que tenho tido com alguns representantes, eles me falam da admiração que têm pelo povo baiano e o quanto devem à Bahia. Mas não reproduzem isso.

Confesso a vocês, não é a Promotoria sozinha, por mais que se tente, que terá essa condição. Preciso, enquanto promotor de justiça de Combate ao Racismo, ter essa

parceria qualificada com vocês, com o nosso povo.

Imagino que o Dr. Ivanilton e a Dr^a Luislinda, eminentes magistrados aqui presentes, devem sentir muito o que estou falando. O Judiciário e o Ministério Público brasileiro ainda são, ideologicamente, instituições brancas. Com isso não quero dizer que são instituições que não queiram acertar, aplicar o direito corretamente. Mas ainda é um direito perpassado pelos ideais da Revolução Francesa, em que todos são iguais perante a lei e que o racismo no Brasil é uma questão pontual; que o nosso maior problema é social e econômico, e que o racismo não é estruturante. Dr^a Teresa, defensora pública que também faz um grande trabalho, sabe do que estou falando.

É preciso pensarmos agora em 2010 em seminários para os juizes de direito deste Estado. (Palmas) Juizes de direito aí sentados; desembargadores – ah, esses então! – do Tribunal de Justiça da Bahia sentados aí. Isso é preciso. Também os promotores do Ministério Público da Bahia sentados aí; os procuradores de justiça do Ministério Público da Bahia sentados aí. (Palmas)

Ou temos essa capacidade, Dr^a Teresa e Mãe Beata, ou a nossa luta continuará contraproducente. De certa forma, estamos andando em círculos. O nosso diálogo é muito bacana, volto a dizer, mas não está tendo o efeito necessário.

Concluo fazendo esse apelo.

Para vocês terem uma ideia, há 1 ano, eu e o deputado Luiz Alberto – que é alguém que tem uma parcela de poder e representa muito bem o nosso povo – fomos falar com a atual presidente do Tribunal de Justiça da Bahia e lhe pedimos essa interlocução com os juizes. Ela nos recebeu muito bem, demonstrou receptividade, mas logo enumerou uma série de dificuldades administrativas. Quase que eu dizia: “Desembargadora, me desculpe por eu ter tido essa estúpida ideia de estar aqui”. Brincadeira.

Agora, se chegarem lá, ao lado da Promotoria, secretários de Estado, sacerdotes e sacerdotisas de matriz africana, a SEPPIR, está ali o Dr. Alexandre, com o ofício do ministro Edson Santos recomendando o que o representante da ONU, o senegalês Dr. Dududiê – que esteve aqui no Brasil há cerca de 3 ou 4 anos, se não me engano –, recomendou, ou seja, uma série de medidas para o Judiciário brasileiro no sentido de combater o racismo... Mas o Judiciário brasileiro não as promoveu.

O Conselho Nacional de Justiça é um grande órgão do Estado brasileiro. Mas é um órgão branco, os seus integrantes não nos conhecem, não nos entendem. Como disse a professora Simone, não sabem do que estamos falando. Compreendam isso.

Concluo dizendo que colocamos a Promotoria à disposição para criarmos uma agenda comum com o objetivo de, efetivamente, provocarmos, de forma institucional, essa discussão, e assim falarmos com os donos da Odebrecht, da OAS, do Judiciário brasileiro, da Febraban, etc. (Palmas)

Muito obrigado. Axé!

Quero dividir com vocês que estou numa nova empreitada. E Deus, Olorum, é quem vai determinar, como sempre, nossa empreitada. A gestão do Dr. Lidivaldo Britto, que é muito eficiente e de luta pela cidadania, se encerra agora, e ele não pode ser reconduzido ao cargo. Então vai abrir a possibilidade de uma disputa interna pela Procuradoria Geral. Eu me habilitei a disputar e sou candidato a procurador geral do Estado da Bahia. (Palmas) Que Deus, que Olorum, mais especificamente Oxóssi e

Iemanjá possa, ao lado de todos os orixás, nos conduzir.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Quero registrar a presença de Dr^a Amana de Brito, Ouvidora da Defensoria Pública do Estado da Bahia; os terreiros Guerebatan, Ilê Axé Babá Okê, Ilê Axé Ogun Omin; registrar também a presença dos defensores do Parque Ecológico do Vale Encantando Patamares.

Quero passar a palavra a Luislinda Dias de Valois Santos, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça.

A Sr^a LUISLINDA DOS SANTOS:- Antes de mais nada, quero pedir licença ao meu pai Oxalá, a minha mãe Iansã e ao meu pai Oxóssi, a essa Mesa maravilhosa eu vou me dirigir dizendo, muito obrigada a todos que aí estão sentados. A essa plateia negra, dinâmica, tranquila, que bom falar com vocês. Nunca tinha conseguido um momento desse na Bahia, já consegui em outros espaços, no Rio de Janeiro, no Paraná n vezes, onde tenho a maior honraria de Estado, que chama-se O Pinhão de Ouro. Mas aqui na Bahia eu não valho nada, só sou uma juíza negra e uma negra juíza.

Permitam-me dizer, não estou aqui falando em nome do Poder Judiciário nem do Tribunal de Justiça, estou falando como Luislinda Dias de Valois Santos. Gente, como é duro ser negro nessa terra. Eu digo sempre que o racismo destrói a alma e mata o físico, mas ainda não me mataram. E, certamente, só Deus, Xangô, Oxalá, é quem vai conseguir me levar, porque sequestro já passei, pois trabalhava em prol dos menores, dos mais humildes. E no dia em que eu implantava o balcão de justiça e cidadania para levar a Justiça célere e outros serviços mais para o povo da Massaranduba, quando deu 19 horas, eu estava com todo o material no carro oficial, que eu usava à época, passei por um sequestro violento. Mas o sequestro não era para me levar, não levaram o patrimônio nem ceifaram a minha vida, era para me impedir de executar aquele programa tão exitoso que hoje tenho a honra de lhes dizer que está sendo copiado pelo presidente dos Estados Unidos, que já mandou aqui um emissário seu vir buscar e eu já mandei. Falta apenas, por incrível que pareça, senhores, uma certidão que pedi ao Tribunal de Justiça, desde o ano de 2008, e até hoje ainda não recebi essa certidão. Essa certidão chegando lá iria enaltecer não o nome de Luislinda, mas o nome da Bahia e do Brasil, mas vou conseguir essa certidão, com fé em Deus e nos orixás e já.

Gente, não quero mais falar de religiosidade, quero falar de direitos. A Constituição diz, Dr. Almiro, que todos nós somos iguais, mas não podemos igualar os que são desiguais. Nós somos desiguais até nas nossas doenças. Nós queremos educação de qualidade continuada para o nosso povo, porque o povo que é educado reivindica reivindica, roda, exige, vai buscar, não fica aguardando, como eu digo sempre, o prato feito que o não-negro, que se senta do outro lado da mesa, elabora e diz: “olha, a sua educação vai ser esta”. Nós não queremos mais isso, queremos participar da elaboração da nossa educação.

O transporte que nos oferecem é da pior qualidade, a moradia também que nós temos, digo nós, porque também vim de uma família pobre, sou filha de uma lavadeira e de um motoneiro de bonde. O turismo nosso qual é? É irmos trabalhar no setor de

apoio e não como turistas. O que nos dão na mídia? Alguém levantou aí uma situação que aconteceu ontem na televisão, não assisti, mas o que nos dão na mídia? Na televisão, estamos sempre trabalhando na cozinha, como cozinheiras, ou como lavadeiras, ou como babás, nada contra essas categorias, mas por que somente a nós são oferecidas oportunidades tão pequenas?

Então, estou aqui para pedir, vamos buscar o que é nosso, políticas públicas sérias, não aquelas que nos são doadas como se fôssemos mendigos, pedintes. Pagamos impostos e pagamos impostos caros e elevados.

O Dr. Almiro, de outra parte, falava na “branquitude” do Poder Judiciário. Eu falo de cátedra, Dr. Almiro. Dizem por aí, lá fora, inclusive pela Europa, que talvez eu seja a primeira negra juíza do mundo, tenho a certeza que sou a primeira juíza negra do Brasil, isso não me honra. E as outras mulheres que me antecederam, por que também não chegaram a esse posto? Elas também são tão inteligentes quanto eu.

É uma responsabilidade muito grande, sou a 7ª juíza do Estado da Bahia num universo de 608 magistrados. Não consigo nem ser convocada para substituir desembargador. Por quê? Sou proba, sou honesta, tenho o prazer de dizer que sou competente, até porque, se não fosse, não estaria lá. Agora, sou mulher, nordestina, pobre, não tenho nome requintado, não sou originária de família tradicional e para completar sou muito ousada, porque o negro tem que ousar.

Na semana passada, não sei se alguns dos senhores souberam, eu acordei com um telefonema da Inglaterra, aquela Inglaterra, que impôs ao Brasil que criasse aquela leizinha, a Lei Áurea, que não nos serviu de nada, mas valeu a pena; hoje, eu fui procurada por essa Inglaterra no sentido de elaborar um documentário em nível mundial para se saber da situação do negro no mundo.

Então, me dizia um jornalista: “Doutora, não se pode fazer nada em termos dos negros no planeta se não conversar com a senhora”. Confesso a vocês que quase desmaiei, porque, enquanto estou aqui na Bahia, eu me sinto nada, me sinto muito pequena, eu tenho medo de ir ao Tribunal de Justiça, porque a qualquer instante posso estar respondendo a processo.

Eu disse ao CNJ, ao santo Conselho Nacional de Justiça, que eu respondo processo a cada 6 meses e, motivadamente, não dou causa. Mas por que se faz isso comigo, uma pobre mulher negra, gente? Não mexo com ninguém, trabalho igual a um leão, porque não posso agir diferente, porque recebo remuneração para tanto, mas se criam essas notícias e situações para que eu não alce ao cargo de desembargadora.

Recentemente, em fevereiro, eu saía daqui de Salvador, para receber uma homenagem no estado do Paraná, mais uma, e quando me diziam que a corregedoria do Tribunal de Justiça da Bahia tinha colocado na internet o meu telefone e endereço completo. Aquilo para mim foi um susto enorme, e eu deixei de receber a minha homenagem, exatamente por isso.

Então, por aí vejam os senhores. Estou contando isso, porque eu, em sendo magistrada, na condição que sou, passo por essas situações e outras. Imaginemos a pessoa da periferia que não sabe dizer o que precisa, desconhece os seus direitos.

Vamos buscar educação, transporte, trabalho. O que é que acontece com isso? A mulher do Nordeste, negra pobre, sempre tem um salário menor do que a mulher não negra. Mas isso não está certo, se dizem que todos nós somos iguais perante a lei,

vamos buscar essas leis, vamos buscar a lei CAÓ, 7.716, que disciplina os crimes contra o racismo. Vamos buscar o que é nosso, pedir, não, exigir.

Vamos pedir que o Poder Judiciário abra espaço para, lá dentro, discutirmos questões do negro. Afinal de contas, os 3 Poderes sempre foram brancos, e eles continuam, quer na esfera federal, estadual e municipal. Mas ainda vai chegar um dia para finalizar. Tenho certeza de que todos os deuses, todos os santos e orixás nos darão oportunidade de ver o Dr. Almiro sendo o procurador geral de justiça do estado da Bahia.

Teremos presidentes de tribunais negros, dos Tribunais de Contas, Justiça, Tribunais Superiores, governadores e prefeitos negros, por que não? Mais promotores negros, procuradores negros, desembargadores negros.

E por fim, gente, tenho certeza de que em poucos meses estarei integrando o segundo grau do Tribunal de justiça da Bahia

Obrigada minha mãe Iansã.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, convidamos para fazer uso da palavra a Dra. Tereza Cristina, que é defensora pública geral do estado da Bahia.

A Srs. TEREZA CRISTINA:- Boa-tarde a todos e a todas, quero cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado Bira Corôa, falar da honra de estar aqui, mais uma vez, estive em uma sessão anterior a esta, deputado Bira, que tive a felicidade de vir aqui convidada por V.Ex^a, para conhecer.

Temos que fazer uma reflexão de tudo que ouvimos, todo tempo, conhecer aquilo que, de forma extremamente perversa, não nos é ensinado, que é exatamente a história do nosso povo.

Assumimos instituições com um papel definido pela Constituição e não aprendemos a entender que, na condição de gestores de um sistema de justiça, na perspectiva do lado, que o sistema de justiça define. Aqui falo na perspectiva daqueles que a Constituição definiu como pessoas pobres, que não tiverem a perspectiva de serem agentes de direito e que, como bem foi colocado aqui pelos nossos antecessores, o nosso é a população negra, a população que é descreditada de toda perspectiva de direitos.

Temos na instituição Defensoria Pública todo um lastro de 25 anos de carreira, essa nossa com muita vivência. Mas o que nos preocupa – e a gente vem trazendo exatamente a perspectiva desse papel, Almiro, que cada um de nós tem e vivências nas nossas instituições – é exatamente a perspectiva do corporativismo. E não buscamos entender que as instituições de Estado têm, no aparato do sistema de Justiça, um compromisso real de antever o nosso papel, que é defender, incondicionalmente, o Estado de Direito, a dignidade da pessoa humana.

Cada um de nós, assumindo o posto das nossas instituições, se percebe parte de um controle perverso do qual, se não tiver uma reflexão extremamente definida, se torna instrumento desse corporativismo e, por conta disso, semeia esse descrédito que aqui ouvi, com muito respeito, que cada um expôs, e a atenção de quem dirige uma instituição que tem um público, que precisa acreditar nas instituições, que avança porque legítima, através de instrumentos legais, um dos quais foi aprovado agora, que

também temos de honrar, na perspectiva de um governo, como o do presidente Lula, que enfrentou, como enfrenta o governo do Estado da Bahia, uma mudança de cultura.

Fazemos parte, exatamente, dessa reflexão, utilizando-nos deste momento quando podemos realizar esse tipo de prática, que é a do diálogo transparente, aqui citado por representações respeitadas, que permite dizer o que pensa num ambiente, como esse, que tem, legitimamente, de representar essa população e que vem, aí falo da minha instituição, vem com uma preocupação muito grande de legitimar esse papel.

Temos, na perspectiva da Defensoria Pública, uma preocupação muito grande, até por conta mesmo da realidade que temos, Almiro, de ter um controle, o papel da participação democrática da sociedade civil. Foi aprovado agora, na nossa lei, um aparato independente em que a sociedade civil tem mandato, que não é indicado pelo gestor, e que, por isso, vai poder sentar no nosso Conselho Superior e ter voz para poder discutir a política institucional e definir, junto conosco, aqueles que gerem a instituição de um novo pensar e, exatamente, dentro da reflexão que geramos aqui, das questões que não podem ser sustentadas, como a intolerância religiosa, que não pode ser mais mostrada assim, porque todos nós temos o direito de crer e não crer, ser céticos e não céticos, de andar e observar que cada um de nós traz, dentro de si, uma essência milagrosa, que é a essência da vida, e pode permear esse amor da forma como entende que deve ser.

Aprendi, há um ano – e disse aqui –, na perspectiva de pessoas que me foram extremamente significativas –, a conhecer, e ainda tenho muito que conhecer, o que significa a realidade do povo negro na sua religiosidade, que me encanta e que me faz perceber o quanto não absorvemos a beleza da natureza na perspectiva do candomblé. Aprendi a conhecer o povo negro, com a raça de um homem como Amilton Borges, por quem tenho um profundo respeito, e ele sabe disso, pela perseverança de continuar e cair e continuar e cair, que é exatamente a perspectiva desse povo. Aprendi, na crença e na dignidade de Mona, a quem tenho a honra de ter como Ouvidora da minha instituição; de Serginho, que me ensinou não apenas a conhecer de política, e até a respeitar, na dialética desse Partido, que hoje honra este Estado na pessoa do governador Jaques Wagner, a qual muda, definitivamente, uma cultura na dialética deste partido, que hoje honra este Estado na pessoa do governador Jaques Wagner, que muda definitivamente uma cultura na dialética da fala com o outro, mas também o que aprendemos a observar é que ainda não conhecemos nada e que temos que semear um novo momento aqui. E é por isso que trago o meu profundo respeito para vocês e uma palavra de compromisso ainda maior.

Tenho 4 anos na condição de presidente da Associação de Defensores Públicos e quase 4 anos na condição de defensora pública geral. Daqui a algum tempo estarei num órgão de execução como defensora pública e mais comprometida do que nunca, mas com certeza entregarei a minha instituição muito mais comprometida com esse papel, levando a sociedade civil a ter voz e respeito e que possamos construir na gerência, Almiro, da cobrança das políticas públicas, exatamente, momentos para que possamos, ano que vem, estar aqui dignificando, tendo vocês aí na Mesa, e nós na plateia, para saber o quanto precisamos nos comprometer a cada dia que passa com o nosso papel.

Parabéns pela oportunidade que estamos tendo aqui, e a nós, representantes de

uma instituição, que tivemos a coragem de avaliar que ainda temos muito que aprender e que precisamos nos comprometer a cada dia com o nosso papel. A Defensoria Pública em nome de toda uma luta que ela tem que engendrar, e de toda uma dificuldade que ela se permeia, não é a toa que temos poucos profissionais, não é a toa que é muito difícil ainda avançar, o que faz com que ela se agregue muito mais em ser voz no coração de vocês.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, passo a palavra ao coronel da PM José Jorge Nascimento, comandante do 12º Batalhão, que aqui representa o comandante- geral da Polícia Militar, coronel Nilton Mascarenhas.

O Sr. JOSÉ JORGE MASCARENHAS:- Exmº Sr. Deputado Bira Corôa, é muito emocionante para todos nós estarmos aqui, particularmente eu de origem humilde, pai motorista, mãe lavadeira, e estamos aqui! Podem tirar tudo da gente, menos o saber, por isso estamos aqui. Deus me conduziu nesta tarde maravilhosa para esta convivência. Entrei na Polícia Militar, em 1979, como cadete da PM, daí fui aspirante de tenente e depois uma longa caminhada. Estamos mudando o nosso conceito a cada dia, até porque comandeí o Nordeste de Amaralina, Pirajá, Beiru, Liberdade, Feira de Santana e por aí vai, e hoje nós estamos no 18º Batalhão da Polícia Militar, no nosso Centro Histórico.

Temos que cuidar do nosso povo e sempre trabalhando com a comunidade, principalmente a nossa comunidade negra para a qual trabalhei nessas companhias independentes fazendo o nosso conselho comunitário, levando uma palavra de conforto a todos e tendo o maior respeito ao cidadão. A Polícia Militar, nesse contexto, abriu as portas para a nossa comunidade e os recebemos nos quartéis. O tratamento para nossa dignidade, a cada dia a gente procura melhorar fazendo um ato de reflexão, porque o nosso policial militar é oriundo da Bahia, da nossa comunidade.

Então, nós comandamos o dia a dia e temos que levar a realidade e o tratamento a nossa comunidade, principalmente a negra. Até porque o nosso comandante está aí, no nosso dia a dia, participando de diversos eventos com a comunidade, e nós não estamos fora deste contexto.

E quero dizer que estamos satisfeitos nesta tarde prazerosa, pois temos a certeza de que só com o apoio da comunidade nós conseguiremos chegar lá, pois quando a comunidade convoca a Polícia Militar, qualquer que seja o local, para reunir, nós estamos lá.

Estamos, aqui com o nosso soldado Absolon. É o nosso policial militar e tivemos a satisfação de trabalhar em Pirajá, onde nós fundamos o nosso Conselho Comunitário. A Polícia Militar faz parte desse contexto, não podemos ficar de fora.

Através desses movimentos é que nós vamos conseguir colocar todos aqueles para reparar o nosso tempo perdido. Só através dos movimentos sociais é que nós vamos resgatar tudo aquilo dos nossos ancestrais.

Quero dizer que nós estamos vendo aqui a nossa juíza Luislinda, que está se preparando para ser desembargadora, não tenho dúvida de que a senhora vai chegar lá. É um reconhecimento.

O nosso promotor, Dr. Almiro, nosso amigo também, se preparando para ser procurador-geral. E eu, tenente-coronel Nascimento, estou me preparando, já tenho um concurso que me habilita a ser coronel fechado da PM, comandar a nossa corporação para dias melhores e dar seguimento a todo o trabalho que o nosso coronel Mascarenhas vem fazendo para melhorar a segurança pública da Bahia.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):-Neste momento eu quero passar a palavra ao Sr. Leonel Monteiro, representante da Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro Ameríndia (AFA).

O Sr. LEONEL MONTEIRO:- Boa-tarde. Inicialmente eu quero saudar, por hoje ser quinta-feira, dia que lhe é dedicado, ao orixá Oxóssi,. Eu, como filho de Oxóssi, peço as suas bênçãos. A bênção também aos meus mais velhos e aos meus mais novos aqui presentes. Meus irmãos, com todo orgulho, de Axé, inclusive os que vieram de outros Estados e de outros países também.

Gostaria de saudar a Mesa, as autoridades do meio jurídico, o deputado Bira Corôa, as autoridades militares e religiosas aqui presentes.

Dentro das reuniões que antecederam a essa fala, aqui, hoje, coube-me falar da relação do candomblé com o meio ambiente e os problemas enfrentados.

Muito antes das ONGs ambientalistas e do Partido Verde, o Candomblé já cuidava do meio ambiente. Muito antes. Todos sabemos da importância da preservação de áreas verdes e mananciais aquíferos para o povo do axé, para a manutenção da religiosidade afro. Não é verdade? Existe até uma célebre frase que é *kosi ewe kosi orixá*, que quer dizer “sem folha não há orixá”. Pois bem, o que estamos assistindo é um festival de racismo, eu diria até ambiental, aqui em Salvador, na Bahia e no Brasil também.

Vejam, senhores e senhoras, como a falta de comprometimento de preservação de determinadas áreas, sobretudo no meio urbano, áreas verdes, apaga também a memória do povo negro e dificulta, logicamente, a manutenção do culto afro. Vamos citar aqui o antigo quilombo do Urubu, aqui em Salvador, conhecido como Parque São Bartolomeu que, para mim, deveria ser Parque Rainha Zeferina, que, vergonhosamente, vem entrando em decadência com invasões, poluição dos mananciais aquíferos, as cachoeiras sobretudo de Oxum e Oxumarê, a Bacia do Rio do Cobre, o desvio do Rio Mané Dendê. E pasmem os senhores, deputado Bira Corôa, que, na última incursão que fizemos lá no mês passado, até árvores centenárias foram derrubadas para a implantação de hortas irrigadas para fins comerciais. E as nossas autoridades municipais e estaduais que antecederam este governo e este governo também, continuam insensíveis à questão. O parque está sumindo e com ele, senhores e senhoras, a história de uma mulher negra que, quando quilombola, comandou um exército de negros e índios tupinambás contra o Exército português da época – isso em 1826. Acabando o parque de São Bartolomeu, é um pedaço importante da história do negro e da mulher negra que vai embora. Gente, o Parque São Bartolomeu está sucumbindo! E a sociedade e os governantes estão sendo incompetentes, insensíveis. Está faltando coragem para salvar o parque São Bartolomeu ou Parque Rainha

Zeferina. Isso é uma vergonha!

Mas não é só o Parque São Bartolomeu. Vamos fazer uma viagem aqui até Cachoeira – e eu peço licença ao nosso vice-presidente, ogã Otávio Silva, que está ali no auge dos seus mais de sessenta anos de iniciado, quando, suando muito “Leonel, estão devastando parte da Lagoa Encantada para a construção, na entrada de Cachoeira, município de Cachoeira, recôncavo baiano, terra do axé, matriz também do axé na Bahia e no Brasil, para a construção de um posto. Ninguém fez nada. Está lá o posto de pé, e a Lagoa Encantada, patrimônio natural da Bahia e do povo do axé... Porém, senhores e senhoras, os investimentos para preservação do patrimônio católico, que também é importante, claro, foram maciços. Mas mesmo esses investimentos não chegaram nem na parte física nem na parte ambiental dos terreiros, inclusive daquela áreas que não estão dentro do terreiro, na área física do terreiro mas é patrimônio religioso também do axé. Isso também é racismo ambiental e é uma vergonha!

Senhores e Senhoras, irmãos e irmãs do axé, voltando aqui para Salvador temos uma área ali em Patamares chamada Vale Encantado. E aí quero saudar aqui o Sr. Elói e sua filha Caroline que pediram o auxílio da AFA e chamaram outras instituições também para ajudar nessa luta de preservação do Vale Encantado, uma área que a especulação imobiliária e a incompetência de gestores públicos municipais – por exemplo, o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, Dr. Antônio Abreu, o superintendente de Meio Ambiente, Dr. Luiz Antunes Nery, o procurador geral do município, Dr. Pedro Guerra – estão destruindo. Esses gestores vêm contribuindo, pasmem, com construtoras que devem ao Erário, porque já foram multadas.

Essas empresas não deveriam estar trabalhando para a Prefeitura. Por exemplo, FB&A,³ hoje Gaby Empreendimentos Imobiliários LTDA, Patrimonial Saraíba e Construtora Realeza. Esta, inclusive, foi responsável por uma multa de 2 milhões que a Prefeitura levou por descumprir a Lei de Proteção da Mata Atlântica. Destaquemos que o Vale Encantado é uma reserva de Mata Atlântica.

E mais, é área também de manutenção do culto afro aqui em Salvador. E mais, há relatos de pescadores dali de Patamares, Dr. Almiro Sena, informando que escravos se instalavam lá. Então, há indícios também de quilombo naquela região.

Ora, mais uma área que está sendo ameaçada pela especulação imobiliária e pela incompetência de gestores públicos que não deveriam estar no cargo. Estamos perdendo as manchas verde de Salvador, e assim as nossas águas estão se tornando marrons, escuras de esgoto. Num voo sobre esta cidade percebemos que são poucas as áreas verdes. Elas ainda existem em alguns parques e em áreas do Exército. Nada mais.

É uma vergonha permitirmos que isso aconteça com o Vale Encantado, com o Parque de São Bartolomeu. Será, Dr. Almiro Sena, que o Parque de São Bartolomeu estaria nessa situação se estivesse no Itaigara. Vejam que o Parque da Cidade é pressionado por dois bairros populares, Santa Cruz e Nordeste de Amaralina, mas está lá cercado, bonitinho, preservado. Isso porque está no Itaigara.

Algum negro aqui presente mora no Itaigara? A maioria mora no Subúrbio, onde está o Parque São Bartolomeu, área que tem toda uma história do negro. Mas está sucumbindo. Isso é uma vergonha! O IPHAN, o IPAC e o órgão municipal responsável por tombamento de bens patrimoniais tombam fisicamente os nossos templos

afrorreligiosos, nossos terreiros de candomblé e umbanda, mas esquecem de incluir nesse tombamento o nosso patrimônio ambiental.

Gente, aquele terreiro que ouvimos numa música cantada no Carnaval, *Dandalunda, maimbanda, coquê* – quem nunca ouviu isso de Margarete Menezes, não é? – tem três fontes seculares de Dandalunda. Para quem não sabe, Oxum, na nação Ketu, e Aziri tobossi, na nação Jeje, estão recebendo esgotos depois de uma obra de urbanização no fundo do terreiro. E ninguém fez nada, gente! Enquanto está lá em cima dos trios elétricos sendo cantado, o terreiro recebe esgotos. E ninguém faz nada! Nem prefeito, nem governador, ninguém!

No Terreiro Vodum Zoo, ao lado Ilê Aiyê, após uma obra de urbanização realizada no seu fundo, a Prefeitura alegou que precisava derrubar o muro, mas depois o reconstruiu. Reconstruiu, mas com a Fonte Sagrada fora!

Qual é o respeito que essas pessoas estão tendo com a memória do povo negro? Porque o terreiro de candomblé é o maior foco de resistência e de disseminação da arquê do povo negro. Ou não? Existe outro foco ou ambiente onde isso seja preservado? Quem conhece aqui o Quilombo Buraco do Tatu, Cajazeiras 10, a Pedra Sagrada, mãe Ana Lúcia, a senhora que é uma defensora das cachoeiras e do Buraco do Tatu.

Após uma obra da Conder realizada no governo anterior, iam dinamitar essa pedra, mas não deixamos. Seria mais uma parte da memória do povo negro e indígena que ia acabar ali. Todos sabemos o que representa aquela Pedra Sagrada para o povo do Axé e para a história do negro, porque ali foi o Quilombo Buraco do Tatu. As cachoeiras de Cajazeiras e Cabula VI e as nascentes de Salvador estão sendo aterradas, poluídas, em nome de um desenvolvimento falho. E ninguém faz nada.

Preservar o meio ambiente significa desenvolver-se também. Desenvolvimento sem preservação de meio ambiente não é pleno.

Nessas poucas áreas que citei – as que ainda têm algum verde e águas em Salvador –, existe história dos índios e dos negros. Mas essas áreas estão sendo degradadas, simplesmente, porque o governador Jaques Wagner e o prefeito João Henrique não estão tendo coragem – os governantes anteriores também não tiveram – nem competência para fazer investimentos que garantam a preservação dessas áreas e a manutenção do culto afro. Sabemos que isso não é somente aqui em Salvador e na Bahia, acontece em outros estados também.

Chamo a atenção, deputado Bira Corôa, Dr. Almiro Sena e irmãos do Axé, que Salvador vai sediar Copa do Mundo e também alguns jogos das Olimpíadas, e isso vai ter reflexo. Teremos, já a partir do ano que vem, aportes significativos de recursos que serão aplicados em saneamento urbano, na melhoria do tráfego desta cidade, etc.

Aproveito para saudar a nossa querida mãe Rosa, que há mais de 1 ano sofreu com a demolição do seu terreiro. A senhora está aqui de pé, o Terreiro de Iansã também está de pé. E vai continuar.

Pois bem, na rota desses investimentos maciços que chegarão, estão os terreiros de candomblé e as áreas que acabei de citar. Estão querendo rasgar o Vale Encantado com uma avenida. Senhoras e senhores, procurem um lugar dentro de Salvador onde ainda exista ouriço-cacheiro e tamanduá-mirim. Vocês encontram no Vale Encantado, ali na Paralela, onde saudamos os nossos orixás.

E aí quero entrar agora no sagrado. O Sr. Eloy está ali, ele conversou comigo sobre o Vale Encantado e me disse: “Leonel, quero lhe relatar uma coisa. Não sou do Axé, mas tenho uma admiração muito grande, por isso tenho que lhe falar isso. Numa caminhada dessas dentro do Vale, sozinho, encontrei uma senhora negra, bem negra, cabelo branquinho, curtinho, que me disse: 'O que você está fazendo aqui. Você sabia que aqui tem dono?' ” Ele baixou as vistas. Quando levantou não tinha ninguém. Era o encantado, gente! Que coisa maravilhosa! O Sr. Eloy, que está aqui, me relatou isso.

Numa incursão pelo Parque São Bartolomeu, uma pessoa estava incorporada do Caboclo Boiadeiro e disse: “Seu moço, isso aqui é a nossa força e a nossa energia, não deixe que se acabe”. A espiritualidade está pedindo isso. Mas falta a vontade política, também, dos gestores públicos.

Pois bem, quero encerrar minha fala dizendo das minha indignação com essas questões, com a falta de coragem, de incompetência e de vontade política dos gestores anteriores e atuais, aos quais, de público, eu peço, através do deputado Bira Corôa, que olhem para o povo negro e não essa história se acabar com o sumiço, com a degradação dessas áreas. A gente sabe o que é isso para o povo do axé e para a preservação da história do povo negro desta cidade e do País.

Ko si ewe Ko si orixá, sem folha não há orixá!

Meus profundos agradecimentos. Adari, estamos na luta com o senhor também, não pude ir à caminhada, mas estamos juntos. Sua bênção!

Quero saudar também a minha esposa Sandra Regina, *ialorixá*, aqui presente, essa negra maravilhosa que me faz ser grande. Obrigado por tudo, você tem sido a minha vida, como mulher e como negra. Eu sempre cito alguma coisa e quero dizer o seguinte: o maior patrimônio, o maior presente que os negros me deram ou me trouxeram é a minha religiosidade. Eu agradeço imensamente ao povo negro por isso. Mas quero dizer também, que embora com uma pele um pouquinho mais clara sou negro de alma, de coração. Quando fui suspenso por *Ossãe*, por ser *ogã* dele, ele não perguntou qual era a minha cor. Esse orixá que detém o poder através das folhas. E me orgulho muito de ser filho de *Odé Oxaguiã* e *Airá Intilé*, bato no peito, como muitos deputados e vereadores que são do axé deveriam fazer. Bater no peito e dizer: eu sou do axé! Sem nenhum medo, e a gente não vê isso. O medo também é vergonhoso, mas nós não temos vergonha de ser filhos de *Nkissi*, de *voduns*, de orixás e caboclos encantados.

Muito obrigado, meus sinceros agradecimentos aos meus irmãos do axé.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Passo a palavra à secretária Luíza Bairros, que aqui neste ato representa o governador Jaques Wagner.

A Sr^a LUÍZA BAIROS:- Boa noite a todos. Peço que não se preocupem, tenho plena consciência de que sou a última pessoa a falar depois de uma tarde de muitos pronunciamentos importantes, porque já está na hora de irmos embora. Como sempre, quero trazer aqui os cumprimentos do governador Jaques Wagner, a todas as pessoas que acorreram a esta sessão, para que possamos falar sobre a importância do Estatuto da Igualdade Racial do Estado da Bahia, e da especificidade que tem esse nosso estatuto em tratar tão mais direta e abertamente da questão da liberdade religiosa. Acho

que tudo isso é muito importante. Como prometi antes, realmente não quero me estender, mas gostaria apenas de compartilhar um pouco a forma como entendi o conjunto das intervenções que se seguiam hoje, aqui ao longo desta tarde.

As nossas dificuldades em conseguir fazer valer os nossos direitos, até onde tenho podido perceber não são devidas a uma incompreensão que as pessoas tenham do significado da nossa cultura, do significado da nossa presença nesta sociedade, do significado de toda a contribuição econômica que temos dado para a construção do País.

Não é que não sejamos entendidos, em absoluto. Muitíssimo antes, pelo contrário, é exatamente porque se sabe da profundidade dessa contribuição, é exatamente, porque se sabe do papel que a cultura negra ou as culturas negras têm na formação da cultura brasileira, é justamente por isso que é sempre mais difícil para nós conseguirmos as coisas.

E com um aspecto que é extremamente importante que é o fato hoje de já sermos sim, a maioria da população. Racismo não é uma questão de alguém gostar ou não gostar de alguém. Racismo é algo que existe para poder definir como o poder é distribuído. E o que nós fazemos com as nossas reivindicações, hoje, é exigir mais poder, e quem sempre deteve o poder na sociedade não vai querer abrir mão disso. Não se trata de uma disputa religiosa contra o candomblé, se trata, sim, de uma disputa mais profunda, de um modelo, de qual é o modelo civilizatório que vai vigorar dentro do Brasil.

É disso que estamos falando, é contra esse tipo de coisa que estamos lutando. E, se percebermos exatamente qual é a profundidade da luta que estamos propondo no País, acho que vamos poder, como Macota Valdina tem ultimamente nos chamado a atenção, vamos poder seguir sem colocar a culpa uns nos outros, sem detonar uns aos outros, achando que é um outro negro que atrapalha o nosso processo dentro desta sociedade.

É por poder que estamos lutando. E quem detém este poder, hoje, não vai abrir mão dele facilmente. Vamos à luta, vamos celebrar Zumbi, o legado de luta de Zumbi e tudo o que deve representar, amanhã, a nossa saudação a esse Egum maravilhoso, que todos anos volta para nos iluminar e para reforçar a nossa confiança de que a vitória é certa.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento quero passar a palavra, para uma breve saudação, ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Pensei muito em falar, já estava desistindo, para não abusar da paciência de todos vocês numa sessão muito longa, mas havendo aqui poucos parlamentares, e por alguns oradores, corretamente, colocaram a necessidade de uma maior participação dos parlamentares, de uma maior participação da sociedade, eu resolvi falar, fazer aqui uma breve saudação.

Então, neste momento, de deputados, estamos eu, a deputada Fátima Nunes, o deputado Bira Corôa, a quem quero aqui saudar e parabenizar, pois tem feito um excelente trabalho na Comissão de Promoção da Igualdade, tem feito grandes lutas

contra o racismo. Queria, portanto, parabenizar o deputado Bira Corôa por mais este evento importante e fundamental. É raro um momento como este aqui na Assembleia Legislativa. Quero saudar, também a nossa secretária Luiza Bairros, Alexandro, que representa o ministro Edson Santos; também a juíza Luislinda Valois; o coronel Nascimento; também Dr. Almiro. Se eu fosse do Ministério Público, seria um eleitor de Almiro.

É isso, vamos torcer para que os espaços sejam ocupados cada vez mais pela população negra.

Eu queria dizer que, realmente, este aqui é um momento raro. Na realidade, por volta de 2004/2005, tivemos aqui uma atividade, que inclusive foi atividade da Comissão de Trabalho, Emprego e Renda, que eu era presidente na época, com a população negra e religiosos da religião de matriz africana, então, nós fizemos uma audiência pública aqui. Estava reservado o Plenarinho para realização dessa audiência pública, onde cabe aproximadamente 50 pessoas, foi a primeira vez que aconteceu aquilo na Assembleia – esta Assembleia, do meu ponto de vista, se sentiu mais engrandecida com a presença de mais de 300 religiosos da religião de matriz africana, e qual foi o problema que nós enfrentamos? É que no Plenarinho só cabia 50 pessoas. No momento o Plenário estava desocupado e nós tentamos trazer essa audiência pública para o Plenário, e na época a presidência da entidade colocou uma dificuldade terrível para realizar essa audiência pública. Nós tivemos que partir pra cima e conquistamos esse espaço aqui, naquela oportunidade, na luta, na garra, rompendo com uma posição, do meu ponto de vista, equivocado, uma posição atrasada, conservadora, porque se o Plenário estava vazio, sem nenhuma atividade, não tinha nenhum problema que este Plenário aqui acolhesse dezenas, centenas de religiosos que estavam aqui para uma atividade.

Realizamos essa atividade aqui no Plenário da Assembleia, tiramos alguns encaminhamentos importantes como a questão da aposentadoria para os religiosos de religião de matriz africana, tiramos aqui uma indicação à presidência da República, à Sepir, tiramos outros encaminhamentos nessa audiência pública, tiramos outras iniciativas como a questão do projeto de lei que tramita pra questão do feriado estadual do Dia da Consciência Negra, entre outras questões.

Estou citando esse exemplo para dizer o seguinte: que hoje o que vivemos aqui, essa sessão especial, é um avanço, é um avanço no sentido de que não precisamos bater na porta da presidência, pressionar a presidência para realizar essa sessão especial. Foi solicitada a sessão especial está sendo realizada normalmente.

Então, eu gostaria, e concluindo aqui a minha fala, de dizer o seguinte: a questão do racismo é uma das coisas mais terríveis que enfrentamos hoje no Brasil, no mundo, na Bahia, e precisa ser combatido cotidianamente. Então, esse é o grande desafio de todos nós.

Agora, nós não podemos desconhecer as conquistas do próprio movimento anti-racismo. Se hoje temos um ministro no Supremo Tribunal Federal é uma conquista do movimento negro; se tem hoje uma Secretaria Especial da Igualdade Racial é uma conquista do movimento negro; se hoje tem 07 desembargadores no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia é uma conquista do movimento negro: se hoje você tem um comandante da Polícia Militar, coronel Mascarenhas, negro, é uma conquista da luta

do movimento negro; se hoje nós temos a nossa juíza Luislinda Valois, a primeira juíza negra e uma das seis ou sete mais antigas, precisamos continuar essa luta, porque, com certeza, Dr^a Luislinda, a senhora será desembargadora negra, combativa, lutadora em defesa dos direitos da população, sem dúvida nenhuma! Será uma desembargadora, pode ter certeza, e a luta de V.Ex^a não foi, não é e não será em vão, porque a senhora a desenvolverá no mais alto escalão da Justiça da Bahia, o Tribunal de Justiça, que precisa de V. E x^a lá.

Portanto, queria dizer que precisamos reconhecer os avanços do movimento negro na luta antirracista, porque a maior beleza de qualquer sociedade é conviver com a diversidade, as diversas culturas, os diversos pontos de vistas. Queremos registrar que não existe mais de uma raça, mas uma única raça, humana, e que discriminação, o racismo, o preconceito têm que ser combatido por nós dia a dia, no cotidiano.

Peço desculpas pela demora da minha fala, pois levei oito minutos, mas não poderia deixar de fazê-lo, porque precisamos de mais deputados na defesa da luta antirracismo na Bahia e no Brasil. (Pausa)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Boa-tarde a todos e a todas, e uma saudação especial à Mesa, na pessoa do nosso deputado e companheiro de luta deputado Bira Corôa, e às mulheres presentes à Mesa.

Fiquei ouvindo todas as pessoas, e imaginava que, a cada hora, ficaria mais difícil dizer alguma coisa, porque todas as pessoas falaram, com muita profundidade, da realidade, das conquistas e da missão que ainda temos pela frente.

E passava também um filme na minha cabeça de uma vez em que duas jovens, por serem as mais abastadas da cidade, do balaústre da janela, olhavam para baixo e diziam: “Essa aí é a filha do negro Guilherme! Ela agora não estuda nem ensina! Por que esse castigo?” Porque eu tinha participado de um processo eleitoral e votado numa chapa! Mas necessitava ganhar dois dias na semana trabalhando numa loja – segunda e sexta, que eram os dias da feira –, e a dona da loja era de outro partido! Então recebi o castigo de não mais poder ser professora municipal, contribuir para a educação das pessoas do meu município, da minha comunidade rural – a Mata do Sabão, em Paripiranga – e também de não mais estudar, porque, naquela época, o Nível Médio só existia em Simão Dias, e tinha-se que pagar uma rural para ir todos os dias à escola, comprar uma saia bem engomada, bem plissadinha daquele modelo, senão não entrava na escola!

Então é assim: vamos discutindo os problemas e lembrando-nos da realidade e imaginando que, quando se celebra o Dia da Consciência Negra, percebemos que, realmente, quem nasceu da luta, viveu mais próximo de Salvador, foi quebrando as correntes do medo, mas fazendo a corrente da luta social, não tem vergonha nem medo de dizer: “Sou negro, luto e conquisto os meus direitos”.

Estive, nessa semana, na comunidade de Viração, nos rincões de Jeremoabo, onde puxei uma música que costumávamos cantar nas comunidades: *“Eu vou pegar minha viola, eu sou um negro cantador, o negro canta, deita e rola, vem na senzala,*

sim, senhor”. Uns bem negros me disseram: “Essa música não dá para cantar aqui, não! E dois jovens, que estão vindo à Fundação Palmares, me revelaram que são muitas as dificuldades que estão tendo para convencer aquelas pessoas de que podem fazer parte dessa nova luta, desse novo jeito de os governos estadual e federal reconhecerem as comunidades quilombolas.

Então, quero dizer para vocês todos que concordo com as palavras do promotor que é preciso a gente dialogar, discutir esses temas com quem não é da categoria, com quem é da vivência da luta porque são nessas pessoas que temos que embutir, isto é, arrancar o sentimento do racismo, do preconceito, da divisão e colocar para eles o valor do espírito, da alma, da inclusão, do sentido de humanidade, como disse o deputado Álvaro Gomes.

Assim, quero dizer, deputado Bira Corôa, a todas as mães e pais de santos, aos que são de todas as religiões e de organizações sociais que esta sessão de hoje está sendo muito bem registrada. E quero parabenizar as nossas taquígrafas que têm anotado tudo o que falamos com a rapidez.

Esta sessão de hoje traz pontos muitos importantes para que possamos incluir no nosso estatuto, como disse Serginho, pode ser que ele realmente esteja defasado. Mesmo que ele esteja podemos, na Secretaria de Promoção da Igualdade e nas demais secretarias, trazer esse sistema para começar a implantar.

Quero registrar também um fato: no final do ano passado houve aqui um acordo para votar vários projetos, eu tinha aqui apresentado um projeto de lei para conceder uma medalha a Dr^a Luiza Bairros, mas na última hora não deu certo, o meu projeto saiu e não foi votado. Até agora estamos tentando e não estamos conseguindo. É muita luta que ainda temos, mas não podemos encostar nossa bandeira.

Viva o povo negro, viva a nossa coragem, viva Zumbi, e vamos transformar este País. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Vamos passar para uma breve saudação a Dr. Ivanilton Santos Silva.

O Sr. IVANILTON SANTOS SILVA:- Sr. Presidente, tenho sede e tenho fome, peço por gentileza um copo d'água. A sede há de ser aplacada com um copo d'água, a fome persistirá com certeza, mas eu saio desta Casa enriquecido, de uma hora para outra, de um momento para o outro, como que tirei na Mega Sena.

Digo que estou com fome porque não tive tempo de almoçar, deixei o Juizado Especial da Liberdade às 15 horas, e Deus me impulsionou para vir a esta Casa. Por isso, digo que saio enriquecido e com a fome diminuída porque não só de pão vive o homem. É necessário alimentar o espírito e meu espírito, como que tendo tirado na Mega Sena, sai enriquecido pelo que ouvi nesta tarde/noite. Estou me sentindo verdadeiramente milionário, pelo que ouvi, pelas experiências que foram passadas, pela luta que aqui está sendo realmente travada, estou enriquecido, mas vou beber água porque estou com sede.

Ao beber esta água brindo a todos vocês. (Palmas)

Sr. Presidente desta sessão, maravilhoso deputado, homem de luta e de garra, deputado Bira Corôa, neste início de minha modesta intervenção, parabenizo-o por esta

sessão. Vejo na figura de V.Ex^a, deputado Bira Corôa, a coexistência dos 4 h que todo homem de bem há de ter.

V.Ex^a tem o h de humildade, V.Ex^a tem o h de honestidade, V.Ex^a tem o h de humor, pela simpatia que nós vimos aí, eu fui testemunha bem defronte que estava de V.Ex^a, que tem também o h de humanidade. Reunindo tais qualidades, nós não poderíamos ter outra sessão se não esta, que é uma sessão de luta e de garra.

Ao saudá-lo, Sr. Deputado, desejo saudar a metade desta Mesa e a metade do mundo, o lado masculino da humanidade. Sintam-se, meus irmãos, todos saudados nesta hora. Desejo fazer aqui uma saudação muito especial, saúdo com todo entusiasmo do meu coração, com toda a admiração do meu espírito, a minha colega Luislinda Valois, e fazendo assim coloco nos pés das mulheres aqui presentes a minha saudação, a saudação que faço à mais bela metade do universo, a mulher, como disse o filósofo francês: “É a mais bela metade do universo”.

Deus fez a mulher como a sua obra última e obra-prima, desafio a cada um de vocês que indiquem que outra coisa fez Deus depois que fez a mulher. Não fez mais nada, ele se deu por satisfeito, por isso sem dúvida nenhuma a mulher é a obra-prima da natureza.

Lamentável, querido amigo, mas eu desconheço sobre a face da Terra algo que seja mais bonito e olhem que Deus, ao fazer a mulher, juntou duas coisas que quando juntas só dão excelentes resultados. Ele juntou a inteligência insuperável de que ele é o portador, pois não há ser no mundo mais inteligente do que Deus, à sua experiência. Ele já tinha feito um ser humano e esse ser comum que se chama homem. Então juntando a inteligência e a experiência, fez a mulher e nela colocou duas coisas básicas e essenciais: a inteligência e a beleza. Alguém disse assim: “Meu Deus, cometestes um equívoco, destes inteligência às mulheres”. Se elas não fossem inteligentes, nós as dominaríamos, mas como elas são inteligentes, nós somos dominados por elas. Que maravilha!

Está aqui Luislinda Valois, que há de integrar o Tribunal de Justiça da Bahia, quase que não sai pela emoção, Tribunal de Justiça da Bahia, vai chegar lá. Independentemente dos percalços e das dificuldades, vai chegar lá, sobretudo, por sua inteligência. O TJB vai merecer parabéns, daqui a menos de 1 ano, por sua presença naquele sodalício.

Sou seu admirador, V.Ex^a sabe disso, não somente como colega, mas também como homem. Gosto de mulher bonita.

Esta sessão é histórica. Quando estava aqui falando uma das sumidades do Ministério Público do Estado da Bahia – que há de ser procurador geral de justiça, com certeza (palmas) –, recordava-me, queridos amigos e amigas, de um jovem aluno de Direito que estudava à noite e trabalhava durante o dia, como muitos dos senhores o fazem, e sentiu o impacto do preconceito de um professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia quando lhe pediu um pequeno esclarecimento.

Eu era o único estudante negro naquela sala de aula, e esse professor olhou para mim, querida Luislinda, meus amigos aqui presente, e indagou: “Você estuda aqui?” Tomei um susto e disse: “Professor, por favor, um esclarecimento”. Ele novamente falou: “Você estuda aqui na Faculdade?” Estava admirado, porque nunca tinha sido interrogado por um franzino estudante de Direito. Respondi: “Estudo”. Ele indagou de

novo: “É mesmo, você estuda aqui?” Repeti: “Estudo”. E me atrevi a fazer a pergunta bem timidamente.

Daí em diante a dificuldade de interrogar um professor se fez presente em minha vida. Toda vez que queria um esclarecimento, lembrava-me do espanto dele. E digo-lhes que saí muitas vezes das aulas sem ter a coragem de perguntar, para não passar, outra vez, pelo vexame.

Enfrentei as dificuldade e me tornei bacharel em Direito. Filho de uma pobre professora primária que, naquela época, não ganhava os “milhões” que as professoras ganham hoje. Na verdade, ainda não ganham. É uma injustiça, Srs. Deputados, que esperamos ver corrigida em breve. Pois bem, aquela pobre professora primária, era mulher de um eletricista que aos 35 anos, com sete filhos, ficou completamente cego, atingido pelo glaucoma.

Imaginem a folga que esses sete filhos tiveram para estudar e chegar a diplomar-se. Uma professora primária que tinha o cuidado de, ao amanhecer, separar um pedacinho de pão para cada um dos filhos, porque, se facilitasse, um ia comer o do irmão. Por isso, ela separava e dizia: “A cada um o seu pedacinho”.

Faço essas referências para homenagear as mães de santo que aqui estão. E também para lhes dizer, com toda a ênfase e sinceridade, que tenho por vocês, mães de santo, o mais profundo respeito. Não as saúdo, peço a bênção, me abençoem. (Palmas) Rezem por mim, peçam aos orixás, não esqueçam deste pobre magistrado. Tenho por esse histórico de sofrimento, de luta também e de garra, eu tenho por todas vocês muito respeito.

Quando eu adentrei neste salão, chegando um pouco atrasado, já peguei a fala do deputado pelo meio do caminho, mas não poderia deixar de vir. Ao me deparar com essas mães de santo, ao me deparar com os pais de santo e com vocês todos, eu me senti no seio da minha família, e não sei, queridos amigos, e não sei, queridas amigas, em que lugar podemos nos sentir melhor do que no seio da família. Vocês são a minha família. Eu amo a cada um de vocês. (Palmas)

A luta continua, a luta há de continuar, mas nós que temos dificuldades de ingressar na faculdade, nós somos, aqui em Salvador, por exemplo, a maioria da população. Mas onde moramos? Onde moramos?

Eu vejo por aí fazer-se propaganda utilizando como modelo uma coisa tão bonita como a irmã que está aqui na frente. Mas eu acho que os turistas devem ficar espantados porque fazem propaganda mostrando ao mundo inteiro a beleza dos balangandãs e das roupas das baianas, mas o turista não vai ao subúrbio, o turista não vai para os bairros distantes, ele vai para os *shoppings centers*. E vocês já viram dono de loja em *shopping center* negro? Vocês veem com facilidade gerente de banco negro? Vocês veem nas grandes magazines nós lá representados? Então, os turistas devem ficar assustados. “Cadê as baianas e os baianos?” Não, não encontram.

No carnaval, queridos irmãos, queridas irmãs, no carnaval, a festa popular, a festa do povo, onde é que nós estamos? Digam-me, por favor, onde é que nós estamos no carnaval? Na corda, segurando a corda, e na pipoca tomando tombo para lá e para cá e segurando a corda para ganhar dez reais por dia. É lamentável; esta situação não pode permanecer.

Daqui há pouco eu tenho certeza que o regulador do tempo vai me dar um aviso,

mas tenham paciência. Preciso aproveitar este ensejo para desabafar um pouco, para dizer que estou engajado nesta luta, para dizer que estou engajado nesta batalha que o deputado Bira Corôa sustenta, a bandeira da liberdade, da igualdade e da fraternidade. (Palmas)

Tenho sede, sede de água, sede de justiça; a justiça tarda mas chega. Eu que vivo no dia a dia acompanhando esse modelo extraordinário que é a colega Luislinda Valois, esforço-me para entregar à população, com brevidade, o que se chama justiça. Nossos esforços não serão em vão.

Mas nós precisamos, irmãos, não ficar esperando ou aguardando a solução que venha dos Poderes. “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.” (Palmas) Nós precisamos fazer acontecer, depende de cada um de nós.

Barack Obama atingiu o pico e colocou na camisa, e nós também podemos, e nós aqui de Salvador, aqui da Bahia, nesta Casa, ou em qualquer outro canto, haveremos de fazer valer a nossa força.

Aqui foi dito que esta Casa é racista, porque não tem deputado negro, mas isso depende de nós, vamos votar nos negros. Precisamos tomar essa atitude, não precisamos esperar, temos que ir a luta. Com garra, temos que enfrentar e vencer as dificuldades.

Axé, meus irmãos! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Já estamos concluindo, mas antes quero fazer um registro: o deputado Yulo Oiticica comunica a sua ausência, ele está representando este Parlamento, em Brasília, pela Frente Parlamentar de Assistência Social, no Congresso Nacional, representando o presidente desta Casa. O deputado Yulo Oiticica manda um relato, que não li em razão do tempo, mas deixarei registrado nos Anais desta Casa.

Quero aproveitar para convidar a todos a comparecerem, no próximo dia 23, segunda-feira, à audiência pública sobre o respeito às religiões e o combate ao racismo, que será realizada no auditório do Ministério Público, às 14 horas. Dr. Almiro Sena coordena essa atividade.

Quero, mais uma vez, solicitar aos *alabês*, sob a regência de Jussara, para que possamos abrilhantar mais ainda o dia de hoje.

A Sr^a Jussara:- Quero apenas finalizar com uma frase. Tivemos muitas falas, mas acredito que o povo de candomblé precisa entender que não precisamos só ver o racismo, a intolerância religiosa e o preconceito do outro, do evangélico, do branco, precisamos ver do nosso povo mesmo. A gente sente que a gente mesmo às vezes se maltrata. Na condição de religiosa, de *Yalorixá*, de sacerdotisa de um terreiro, de uma casa de axé não posso deixar de falar isso. Estamos perdendo o instinto de proteger a nossa própria espécie. Este momento é para isso, é para nos vermos no outro. O candomblé é uma religião que não tem um livro, uma Bíblia Sagrada, pode-se dizer assim, nossa religião é oral, e a gente aprende com o orixá. Não temos a receita, ou o caminho certo, o orixá dá o caminho. Assim, vou evocar as *Yamins*, que são os *Eleguns*, os homens tem o poder de chamar *Egum*. Vou chamar as *Yamins*, como boa filha de *Oxum*, para brotar no coração, no eledá, no *Orí*, do nosso povo, e de todas as

autoridades aqui presentes. É verdade, porque quando colocamos no papel e a gente fala, a impressora faz tudo, mas quero ver na prática.

(Apresentação Musical)

A Sr^a Jussara:- Que *Yaloxum*, dona da fertilidade, traga para essa caminhada e este momento que esperamos todo ano, dia 20, falar e estar aqui, uma mudança, mas uma mudança de amor, porque não existe uma religião melhor do que a outra. “A melhor religião é aquela que faz você melhor” (Dalai Lama)

Que *Yaloxum*, dona do meu *Orí*, esteja na nossa caminhada, na nossa luta, que não acaba depois do dia 20. O povo de candomblé tem travado uma luta e buscado se afirmar, e o momento é esse. Temos que nos desarmar e eu quero para vocês o que quero para mim, respeito, união, amor e, realmente, quando as portas se fecharem, que *Exú* abra para que possamos adentrar para a melhora do nosso povo. Axé!

Eu queria acolher todas as ialorixás e babalorixás de outros estados que viessem, aqui, estar presente conosco até para a gente saber como é importante que Salvador com mais de 5 mil casas de candomblé, ainda precisa mandar buscar pessoas de outros estados.

Eu moro em Itapuã e são 49 terreiros de candomblé e só tem dois terreiros aqui; o *Abafá de Ogum* e o *Guerebetan Gum Soagboadã*. Então, a gente não pode esconder, não adianta colocar turbante bonito, vir com o *adjá* na mão e não falar a verdade. O candomblé tem isso, a verdade, *Ifá* faz a gente ser assim. Aô !

Passo a palavra para Pai Anderson de Oxalá.

O Sr. Anderson de Oxalá:- É importante entender essa unidade que só nasce em nosso meio. Saber acolher é uma coisa do povo de candomblé. Reivindicar a gente sabe, a gente aprendeu com nossos antepassados, quando o negro resistiu, lutou e fez a gente chegar aqui hoje com o direito de falar e se expressar. A fala só tem poder quando sai com verdade, com amor que vem direto do coração.

Muitas coisas foram ditas, são sementes que foram semeadas aqui, hoje, nesta Casa e que acredito, eu, que as forças presentes, aqui, acolheram. Mas, que cada um saia daqui com a consciência que vamos ser fortes respeitando o outro, independente da cor, raça ou religião, sem esquecer que, em nosso meio, nós também temos que ser unidade. Não adianta proclamar algo que não fazemos. Respeito é reconhecer o seu também. Então, no meio do Axé precisamos entender isso.

Ao deputado Bira Corôa eu gostaria de agradecer em nome de *Xangô* que é o orixá da Justiça e que ele faça a justiça acontecer.

Eu vou encerrar pedindo ao orixá, que é o orixá da paz, o qual nos ensina que devemos ser transparentes com a ética, o orixá do branco que é *Oxalofã*, que ele é *Obatalá*, que é *Oromilá*, que o Deus sagrado que habita dentro de cada um de vocês, possa fazer isso acontecer.

Eu vou dar a mão a *Obadiba* representando todos os estados que aqui vieram. Para nós é importante fazer comunidade. E fazer comunidade é gritar e chamar pelos nossos e eles aqui estão.

(Apresentação musical)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Quero, em primeiro lugar, agradecer a presença e a participação de todos neste ato. Não nomeiei a todos até para não incorrer no erro de deixar de nominar um ou outro, ou uma ou outra, mas, me sentindo... Mais

uma vez, corrigindo, Ialorixá Jaciara... Não deixando de contemplar a todos, mas acima de tudo reafirmando o quanto este dia representa para esta Casa, uma Casa do Poder Legislativo, que ainda apresenta barreiras, dificuldades estruturantes e estruturais, mas que, aos poucos, vamos ocupando, construindo nesta Casa uma nova concepção.

Acreditamos muito na transformação e na consolidação de uma sociedade igualitária. Quero, antes de mais nada, agradecer a todos que compuseram esta Mesa, a todos e todas que estiveram no evento, contribuindo e participando, os que puderam contribuir com falas e aos que não puderam com falas, mas com cânticos, com a presença, com a força, especialmente, quero agradecer aos servidores desta Casa.

Esta Casa tem um horário regimental, que é até as 18 horas, estamos uma hora a mais desse horário e, aí, quero destacar mais uma vez a cumplicidade, o companheirismo dos servidores desta Casa (palmas) e todo o respeito que tenho como colegas que somos nesta trajetória; quero agradecer à *TV Assembleia*, que transmitiu esta audiência ao vivo em toda a sua totalidade. Isso é importante porque, neste exato momento, esta atividade sai destas paredes e se estende praticamente no Estado.

Quero comunicar que estamos vendo a possibilidade de reproduzir esta audiência em DVD e encaminhá-la para os terreiros para que tenham conhecimento do trabalho desenvolvido (palmas). Enfim, antes de encerrar, convido a todos para um coquetel, que será servido aqui ao lado no Salão dos Presidentes.

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares e eclesiásticas, dos senhores e senhoras deputados, dos senhores e senhoras participantes e visitantes, da imprensa, e declaro encerrada a sessão, agradecendo a participação de todos. E, mais uma vez, axé. (Palmas)

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*